

# A SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

*Darcy Arruda Miranda Jr. (\*)*  
Advogado e Professor de Direito  
Comercial

## I

SUMÁRIO: A sociedade no direito comercial brasileiro. A definição legal de sociedade em comandita simples. Crítica à, definição legal. A sociedade mercantil é uma pessoa jurídica? Breves observações sobre a pessoa jurídica. Nossa definição de sociedade em comandita simples. Quem pode ser sócio.

Não deu o legislador mercantil de 1850 uma definição legal de sociedade, talvez por entender suficiente aquela dada para cada um dos tipos societários, constantes da lei n. 556, de 25 de junho de 1850, mais conhecida por Código Comercial Brasileiro. Tal omissão obriga, regra, geral, o intérprete a recorrer a uma definição doutrinária, seja alheia, seja própria ou a tomar emprestada a dada pelo Código Civil Brasileiro (lei n. 3.071, de 1 de janeiro de 1916). E, mais precisamente, aquela constante do seu artigo 1.363:

“art. 1.363 – Celebram contrato de sociedade as pessoas que mutuamente se obrigam a combinar seus esforços ou recursos, para lograr fins comuns”

se acrescentarmos: “no exercício do comércio”, como lembra o prof. *Eunápio Borges*, teremos uma definição satisfatória de sociedade mercantil.

---

\* Autor do “Repertório de Jurisprudência do Código Comercial” (17 volumes).

2. O Código Comercial Brasileiro define assim a sociedade em comandita simples (simples para diferenciá-la da por ações, não prevista no Código Comercial):

“art. 311 - Quando duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se associam para fim comercial, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis, sendo outros simples prestadores de capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato, esta associação tem a natureza de sociedade em comandita.”

3. Ao lado de impropriedades flagrantes, temos algumas discutíveis, tal como a da sinonimização de sociedade e associação <sup>(1)</sup>, e outras que não podem passar despercebidas, ainda que com uma referência passageira. Primeiramente um reparo quanto a frase “obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis”

Talvez daí advenha o vêzo antigo, mas impróprio, de chamar-se o sócio comanditado de “sócio solidário”. Na realidade o comanditado, quando único, é um sócio de responsabilidade, perante terceiros, ilimitada, e subsidiária pelas obrigações sociais.

“A solidariedade”, ensina o prof. *Washington de Barros Monteiro*, no seu excelente “Curso de Direito Civil”, 2ª. ed., vol. 4, pág. 158, “apenas surge quando, existindo pluralidade de credores, ou de devedores, pode qualquer deles exigir a prestação total, como se fôra o único credor, ou pode qualquer destes ser compelido a solver a dívida tôda, como se fôra o único devedor”.

E mais adiante:

“Podemos, por conseguinte, baseados no art. 896 parágrafo único do Código Civil, definir obrigação solidária como aquela em que, havendo pluralidade de credores,

---

(1) O Código Civil não faz, também, qualquer distinção.

ou de devedores, ou ainda de uns e de outros, cada um tem direito, ou é obrigado, pela dívida tôda.”

Não se pode falar em solidariedade, ou em sócio solidário, sem que exista pluralidade de comanditados, pois, como é sabido, os sócios comanditários só respondem até o limite da quota conferida para a formação do capital social. Em erro igual, senão mais grave, incide o dec. 916, de 24 de outubro de 1890, que fala em “um ou mais sócios pessoal e solidariamente responsáveis” (§ 1º do art. 3º). Tal não ocorreu com o prof. *Herculano Marques Inglês de Souza*, no seu conhecidíssimo projeto do “Código Comercial”. Prefere falar em sócios solidários, usando a locução sempre no plural (art. 84), donde se inferir que não admitia como o fêz o Código Comercial vigente (art. 311), a possibilidade de se constituir uma sociedade em comandita simples com dois sócios, um comanditado outro comanditário. No mesmo sentido o projeto do Código das Obrigações, atualmente, submetido à apreciação do Congresso Nacional (art. 1.182), apenas com uma diferença: enquanto o saudoso professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, admitia a sociedade com um sócio comanditário, o atual projeto do Código das Obrigações, exige, no mínimo, quatro sócios, dois de cada categoria.

Em face pois da legislação vigente não há como se chamar, indiscriminadamente, o comanditado de sócio solidário. Sócio solidário, e por excelência, o é o da sociedade em nome coletivo. Assim também entendia o eminente mestre, há alguns anos falecido, *Cunha Gonçalves* (“Comentário ao Código Comercial Português”, vol. I, pág. 527), referindo-se ao Código Comercial Português de 1888:

“A primeira parte da definição não é inteiramente exata, porque, podendo haver na sociedade só dois sócios, um dos quais de responsabilidade limitada, é claro que a

responsabilidade do outro, embora ilimitada, não é solidária”.

3. Não pode também passar despercebida a equiparação do sócio comanditário ao prestador de capital ou sócio prestador de capital, confundindo-o com um mutuante. Um sócio não é mutuante. Não há semelhança jurídica entre ambos. A idéia de sócio exclui a de mutuante. Mas em que pese o sentido, dúvida não pode haver, que o comanditário – responsabilidade limitada em oposição ao comanditado – responsabilidade ilimitada perante terceiros pelas obrigações sociais – é sócio e não um simples prestador de capitais (cf. *Carvalho de Mendonça*, pág., 175 e *Lyon-Caen et Renault*, “*Traité*”, pág. 444). Diferenças substanciais, a respeito, foram assinaladas por alguns autores, entre êles, os juristas *Thaller*, “*Traité Elementaire*”, pág. 240, *Cunha Gonçalves*, ob. cit., pág. 528 e *Bento de Faria*, “*Tratado*”, pág. 284, etc. Tais distinções comprovam que o comanditário não é um mero mutuante, como inadvertidamente recolheram do Código Francês os autores do projeto do Código Comercial Brasileiro.

Cotejando a figura do mutuante ou prestador de capital com a do comanditário, podemos assegurar que:

a) O mutuante deve emprestar coisas fungíveis (art. 1.256 do Código Civil), geralmente dinheiro. O comanditário pode conferir a sua quota em dinheiro, imóveis, móveis, direitos, enfim, qualquer sorte de bens (art. 287 do Código Comercial), inclusive, por exemplo, conferir o usufruto ou uso de um imóvel;

b) o mutuante tem direito aos juros prefixados, mesmo que a sociedade devedora, na hipótese, tenha prejuízos. O comanditário percebe dividendos, maiores ou menores, em conformidade com os lucros sociais e não raras vezes, quando há perdas, nada recebe a êsse título;

c) o mutuante tem direito à restituição integral do que emprestou, enquanto que o comanditário está sujeito à dissolução, liquidação da sociedade e depois de pagas tôdas as dívidas sociais, à divisão e partilha de bens sociais, para não dizer, sujeito a um problemático reembolso da quota conferida para a formação do capital social;

d) o mutuante ou prestador de capital se habilita na falência da sociedade devedora como credor. O mesmo não acontece com os comanditários que podem, inclusive, ser de devedores, como por exemplo, no caso de não terem integralizado a quota prometida;

e) o mutuante não tem qualquer dos direitos e obrigações constantes dos artigos 329, 330, 331 e 334, entre outros, próprios dos sócios e conseqüentemente do comanditário.

Não há pois como confundir a pessoa do comanditário com a do prestador de capital ou mutuante. É sócio capitalista de responsabilidade limitada à quota que conferiu, sócio, jamais simples mutuante ou mero prestador de capital. É conveniente anotar que o próprio Código Comercial não exclui essa condição, tanto assim que nas regras gerais sôbre direitos e obrigações dos sócios não faz qualquer restrição ao comanditário, excluía, é óbvio, a gerência e conseqüentemente o uso da firma social. E tal orientação transparece, claramente, na parte final do art. 349. Qual seria a razão então do uso da locução, evidentemente imprópria? Seria por que a comandita foi, como a comenda, durante muito tempo considerada um simples contrato? É preciso não esquecer que o Código Comercial Português, também modelo inspirador do nosso Código, confundia, como informa *Cunha Gonçalves* (ob. e vol. citados, pág. 527) "a sociedade em comandita com a parceria, declarando que ela não constituía uma sociedade mercantil". Outro não é o comentário, em face o texto claro da lei, de *Diogo Pereira e Forjaz de Sampaio Pimentel*, catedrático da Universidade de Coimbra, nas

suas “Anotações ao Código de Comércio Português”, tomo II, pág. 268:

“Constitui a natureza da parceria a associação *sem animo de sociedade*, – art. 577, isto é, sem intenção de contrair uma responsabilidade solidária, absoluta, e indefinida, senão somente uma obrigação dentro das forças do capital da entrada art. 581”.

Ou seria uma reminiscência histórica? É preciso não esquecer que a sociedade em comandita teve sua origem remota, se assim podemos dizer, no “*nauticum foenus*”, que como esclarece o prof. *Alexandre Correia*, no seu “Manual de Direito Romano”, pág. 250, era um “outro tipo de mútuo... (D. 22,2,8 Ulp; D. 22,2,9 Lab.)... filho do comércio”.

4. Justifica-se a exigência da obrigatoriedade de um sócio comerciante, na sociedade em comandita simples? Entendemos que não e para nós é suficiente supedâneo o disposto no inciso II do art. 16 do Código Civil. A matéria não merecia maiores considerações, em nosso trabalho, não fôsse a assertiva de um de nossos maiores comerciantes vivos, em sentido contrário, embora sem explicar os motivos de sua posição.

Assim, definia, o excelso *José da Silva Lisboa*, Visconde de Cayru, no seu magnífico “Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha”, vol. II, pág. 499, segundo parágrafo (respeitada a grafia original):

“Sociedade mercantil he propriamente a parceria, que se faz entre Comerciantes para alguma especulação de Comércio, ou exercício do tráfico, em grosso ou por miúdo”.

E se atentarmos a que o Código Comercial Português de 1833, não considerava a parceria como sociedade, mas como uma simples comunhão (art. 577) verificaremos que a doutrina e a legislação luso-brasileira de então estavam muito longe da noção de sociedade mercantil,

como pessoa jurídica. Diga-se em abono de nossos antepassados que, o chamado “pai dos Códigos Comerciais”, que segundo alguns críticos franceses, nasceu velho, não tem melhor orientação.

Ao nosso grande jurista *Teixeira de Freitas* não passou despercebido o problema. Na sua “Consolidação das Leis Civis”, em nota (1) ao artigo 742 escreve:

“É impossível estar em sociedade, sem que se esteja em comunhão; mas pode-se estar em comunhão, sem estar em sociedade. Assim costumam dizer os escritores, mas, se, constituída a sociedade, há uma *pessoa moral* distinta dos sócios, que a compõem, e tendo portanto o seu patrimônio, que vem a ser a totalidade das entradas sociais consistentes em bens; como conceber êsse patrimônio, supondo-se ao mesmo tempo que os sócios estejam em comunhão de bens?”.

E nos “Aditamentos ao Código Comercial, vol. I, pág. 60, a propósito da necessidade – ou não do consentimento da mulher para a alienação dos bens de raiz de uma sociedade da qual seu espôso faça parte, é incisivo:

“A *Consolid. Das Leis Civ.* (nota 11 ao art. 119, pág. 131) opina pela afirmativa, visto a sociedade constituir uma pessoa distinta dos sócios, que a compõem. Essa doutrina é sã. A união de interesses faz da sociedade uma abstração, um ser jurídico distinto dos associados; que nasce, adquire, contrata, tem seu patrimônio, suas dívidas, suas ações, seus direitos, seu domicílio particular, comparece em Juízo, aciona e defende-se; enfim vive e se extingue, como uma pessoa física”.

Como vemos, o inesquecível jurista pátrio, como todos aqueles que quiseram ver nos textos do Código Comercial, admitida, ainda, que de maneira implícita, a pessoa jurídica, bate na mesma tecla comum: patrimônio social distinto do sócio.

“E nenhum”, escreve o excelente comercialista mineiro prof. *Eunápio Borges*, no seu festejado “Curso de Direito Comercial Terrestre”, 2ª ed., pág. 238, “artigo do Código Comercial afirmou a personalidade jurídica das sociedades comerciais. Ao contrário, como observou *Carvalho de Mendonça*, muitos parecem negá-la.

Do conjunto de suas disposições, porém, esclarecidas pela doutrina e pela jurisprudência, extraiu-se o princípio da personalidade jurídica das sociedades que nelas se encontrava, embora de maneira implícita e pouco nítida.

Pela personalidade jurídica eram, entre os maiores, *Teixeira de Freitas*, *Carlos de Carvalho e Carvalho de Mendonça*; não a admitindo, entre outros, *Ribas*, *Lacerda de Almeida*, *Reinaldo Porchat e Frederico Steidel*”.

Entre as disposições que permitem tal inferência estão os artigos 350 e 292 do Código Comercial, o primeiro só admitindo sejam executados os bens particulares do sócio, por dívidas da sociedade, depois de executados os bens sociais e o segundo, permitindo a execução dos “fundos líquidos que o devedor possuir na companhia ou sociedade, não tendo este outros bens desembargados, ou se, depois de executados, os que tiver não forem suficientes para o pagamento”.

Da leitura dos dois referidos textos se conclui que o legislador admitiu claramente a existência de um patrimônio social perfeitamente distinto do patrimônio particular do sócio. Se, porém, em tais dispositivos podemos amparar a afirmação de que o Código Comercial reconheceu implicitamente a pessoa jurídica, encontramos outros, que são inconciliáveis com tal assertiva, especialmente aqueles que disciplinam a sociedade em comanda simples e a sociedade em coletivo e que exigem, expressamente, que um dos sócios seja comerciante. *Paulo de Lacerda*, no seu livro “Das Pessoas Jurídicas”, pág.



184, indica outras disposições que, no seu entender, esforçam a tese contrária a de *Teixeira de Freitas* e outras.

Porém, com os elementos fornecidos pelo próprio Código Comercial, poderíamos dar curso a uma outra interpretação?

O legislador mercantil de 1850 não tinha, como não teve, a intenção de reconhecer expressa ou implicitamente a pessoa jurídica. Não quis inovar. Preferiu manter-se fiel àquela corrente, representada pelo nosso maior comercialista de então, o notável Visconde de Cayru, orientação essa que, como observou o ilustre mestre mineiro prof. *Eunápio Borges*, se refletiu “no Código, cujos artigos 311 a 315 não admitiam sociedade mercantil sem que dela fizesse parte pelo menos um comerciante” (ob. cit., pág. 238).

É conceito cediço que ninguém adquire a qualidade de comerciante por ser sócio de uma sociedade mercantil. E o Código Comercial Brasileiro, seguindo aparentemente o sistema qualificador do comerciante adotado pelo Código Espanhol, na realidade encampou o sistema francês, pois ninguém é reputado comerciante sem que faça da mercancia profissão (art. 4º).

Como se vê disposto nos artigos 311 e 315 de Código Comercial a presença de um sócio comerciante era absolutamente indispensável, isto é, de uma pessoa que no momento da constituição da sociedade, já fizesse da mercancia profissão. Donde se conclui facilmente que não reconhecendo o Código Comercial, a sociedade como pessoa jurídica, quem praticava o comércio era o sócio comerciante, em seu nome pessoal, e por conta da sociedade. Isso decorre de não dispor o referido diploma legal, sobre a hipótese, bastante viável, de deixar o sócio comerciante de exercer o comércio em caráter individual, perdendo em consequência a qualidade de comerciante. Se já era comerciante, comerciante continuaria pela prática habi-

tual de atos de comércio. E natural é que assim, fôsse, uma vez que o Código Comercial só reconhecia um modo de se adquirir a qualidade de comerciante e era aquêlê previsto em seu artigo 4º. Era indispensável, para uma sociedade regular, a presença de um sócio comerciante, que lhe dava, se assim podemos dizer, vida. Porém, é preciso assinalar, que embora essencial a participação de um comerciante, não era essa participação que determinava a natureza mercantil da sociedade, mas sim a sua finalidade comercial. (“art. 311... se associam para fim comercial...” e “art. 315... se unem para comerciar em comum...” “art. 317... para uma negociação comercial em geral...”), ou como escreve *Gonzalez de Ichavarri*, citado por *J. Benito* (“La personalidad Juridica de las Compañias y Sociedades Mercantiles”, pág. 62):

“lo que imprime carácter es el objeto que se propone conseguir, realizar actos comercial es, acercar los productos al consumidor, mediar entre productores y consumidores o ayudar a solventar las dificultades y obstaculos que se opongan a tales fines”.

A afirmação de que o Código não reconheceu a pessoa jurídica, nem implicitamente, nem expressamente, provoca uma dificuldade: a decorrente do disposto nos artigos 350 e 292 do Código Comercial, ou em outras palavras, a conseqüente ao reconhecimento de um patrimônio social distinto do dos sócios? Poderíamos sobrepujar tal dificuldade formulando a seguinte questão: que sentido teriam a responsabilidade solidária, ilimitada e subsidiária dos sócios, a conferência de quotas para a formação do capital social, etc., se a lei não reconhecesse tal distinção? E para concluir: não seria essa separação patrimonial decorrente do próprio sistema adotado pelo Código Comercial, sem qualquer vinculação direta ou indireta com a pessoa jurídica?

De qualquer modo, não podemos concordar inteiramente com as observações do Prof. *Eunápio Borges*, ob.

cit., pág. 238, de “que não estando ainda, à época da elaboração do Código Comercial, perfeitamente definida a doutrina das pessoas jurídicas, o legislador de 1850 não podia ter uma concepção clara a respeito”.

O prof. *Silvio Rodrigues*, no seu festejado curso de Direito Civil, vol. I, pág. 57, escreve:

“...o sujeito da relação jurídica é sempre o homem. Verdade que por vezes se encontram organismos que não são homens, exercendo a titularidade de direitos. São as chamadas pessoas jurídicas. Mas, ver-se-á que tais entidades representam um instrumento para melhor se atingir interesses humanos”.

Se toda a relação jurídica tem por titular um homem, verdade é também que todo homem pode ser titular de uma relação jurídica. Isto é, todo ser humano tem capacidade para ser titular de direitos. É a regra do art. 2º do Código Civil, que proclama:

“Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil”,

ou como afirma *José L. Benito*, em “La personalidad Jurídica de las Compañías y sociedades mercantiles”, pág. 29:

“Nadie es persona (1) sino en relación y sociedade com otros”, ha dicho *Michelet*, y, en efecto, el sujeto de la relación jurídica pueden ser simple (individual) o compuesto (colectivo), pero siempre será persona de esa relación; en consecuencia, nadie podrá ser persona sino en tanto sea sujeto de Derecho o, em otros terminos, que la personalidad del individuo depende de suas relaciones jurídicas”.

E referindo-se à pessoa jurídica conclui:

“Persona no es, por tanto, sinónimo de individuo, ya que este es el ser mas sencillo en el orden de la personalidad. Es lo que pudiéramos llamar piedra angular del edificio de la persona social, la célula mora que lo com-

pone, y sin la cual no puede existir; *condictio sine qua non*, de la persona social, que nasce precisamente para la satisfacción de las necesidades del individuo y que conserva sus caracteres propios”.

Depois de analisar as diversas teorias existentes sobre a natureza jurídica de pessoa jurídica, termina por oferecer a sua própria definição:

“es aquella unidad juridica resultado de una ordenación hacia un fin de Derechos público o privado, en la que figuran como componentes personas individuales cuya suma de voluntades engendra una nueva voluntad colectiva, capaz del ejercicio de derechos patrimoniales frente a terceros y aun a sus propios componentes”.

e conclui:

“En esta definición se tienen en cuenta, no solo las condiciones constitutivas de la persona jurídica, sino los caracteres definidos de la misma” (ob. cit., pág. 56).

Embora haja quem defenda a tese de que a origem da pessoa jurídica se encontra no Direito Canônico (“*corpus mysticum*”), parece não haver dúvida de que ela é oriunda do direito romano <sup>(2)</sup>, e mais precisamente, repousa em dois apoftegmas ou máximas do direito clássico: “*Universitas distat a singulis*” e “*Utuntur plerumque universitates iure privatorum*”, como esclarece o já citado prof. Benito, que explicando as máximas latinas escreve:

“Por el primero se confirma nuestro aserto anterior de que el ser colectivo es persona distinta de los socios, y su principal consecuencia sera el reconocimiento de un patrimonio exclusivo. Por el segundo, comprenderemos

---

(2) “Os romanos não têm termo genérico para designar tais sujeitos de direito e nem mesmo construíram uma doutrina dos entes morais, cientificamente organizada. Mas esta matéria as fontes enunciam princípios que, generalizados, constituem as bases da teoria moderna” (p. 34, § 2º do “Manual de Direito Romano”, vol. I, de Alexandre Correia e Gaetano Sciascia).

como el Collegium puede ejercitar los derechos y el más interesante de todos ellos”(pág 34).

Sempre nos valendo da preciosa monografia do citado autor espanhol, podemos dizer, em face do já exposto; que a idéia de pessoa jurídica não é coisa recente:

“lo que ya tiene más carater de modernidad es la extención o invasion de la persona juridica en las relaciones privadas. Por lo que a las personas de derecho publico se refiere, ya en Roma – y a pesar de que el derecho romano consideraba la persona social como creación arbitraria de la ley, limitando su acción a los bienes materiales y dejando su nacimiento, vida y extinción a la voluntad omnímota del legislador. *Cicerón* decía, refiriéndose a los pueblos: *Populus non est omnes hominum coetus quoque modo congregatis, sed coteus multitudinis juris consensu et utilitatis comuniones sociatus* (pueblo no es la reunión de hombres asociados de cualquier modo, sino la unión de la multitud por consentimiento del derecho y reunida por la comunidad de intereses). Y analizando esta definición se ve que hay algo en ella de interés colectivo, de distinta naturaleza a la individual de los asociados” (ob. cit., pág. 35).

É porém na idade média em que ela vai se desenvolver, plasmada e estruturada pelo direito consuetudinário, imiscuindo-se, se assim podemos dizer, no direito privado. Porém, só no fim desse período e principalmente no início do período contemporâneo “el concepto de la personalidad juridica de los seres juridicos privados se halla completamente dibujado, y se destaca com tal vigor que los Estados no pueden dejar de prestarle la atencion debida, acabando por reconocer su existência” (ob. cit. pág. 35).

É preciso, outrossim, não esquecer, como assinala o prof. *Octavio Mendes* (“Ensaio de Direito Comercial”, p.

190), que *Azumi*, em 1786, escrevia no seu “Dicionário Universal de Jurisprudência Mercantil”:

“Appena la società e costituita, diviene un ente morale, che ha un “esistenza legale a sua propria”.

Como se vê não estaria totalmente certo o Prof. *Eunápio Borges*, quanto às razões pelas quais os membros da comissão que elaborou o projeto do Código Comercial Brasileiro não reconheceram a pessoa jurídica. Ou não quiseram inovar ou simplesmente a ignoraram, o que nos parece mais correto, pois em momento algum de sua exposição de motivos trataram do assunto. Limitaram-se apenas a dizer que “A matéria de sociedades foi extensamente tratada, *de acordo com a ciência moderna* e com o desenvolvimento do comércio”(grifo nosso) (cf. *Walde-mar Ferreira*, “Tratado”, vol. I, pág. 96).

Promulgado o Código Civil Brasileiro, esmoreceu totalmente a controvérsia que por anos alimentou a nossa doutrina, sobre o reconhecimento ou não pelo Código Comercial da pessoa jurídica, ainda que implicitamente. Cortou o diploma civil o nó górdio da questão e no seu inciso II do art. 16 considerou como pessoa jurídica de direito privado as sociedades mercantis, com exceção, é óbvio, da sociedade em conta de participação, que como é sabido, é uma sociedade que só existe nas relações internas dos sócios. Ou em outras palavras, como escreve *Vivante*, “Tratado”, vol. 2, pág. 90, a sociedade mercantil passou a constituir:

“un sobbietto di diritto distinto dalle persone dei soci che vi sono interessati: essa e il vero titolare dei diritti e degli obblighi che si svolgono dalla sua attività”.

Não se pode, entretanto, olvidar que outro diploma legal anterior, o dec. 916 de 1890, deixara êsse reconhecimento implícito, ao definir no seu art. 2º a firma ou razão comercial, como sendo “o nome sob o qual o comer-

ciante ou a sociedade exerce o comércio e assina-se nos atos a êle referentes”.

“A firma ou razão social passou a designar, em vez dos comerciantes associados, a entidade jurídica, o ser moral - sociedade” (*Octávio Mendes*, ob cit., pág. 197).

No direito brasileiro, portanto, tôdas as sociedades mercantis, com a exceção da mencionada e das irregulares, têm personalidade jurídica, ou seja aptidão para o exercício de direitos e assunção de obrigações. Podemos, pois, tranqüilamente afirmar que a sociedade em comandita simples, com contrato regularmente arquivado no registro do comércio, é uma pessoa jurídica. Deve-se anotar: nem tôdas as legislações a reconhecem assim.

Há, porém, autores que fazem restrições a respeito, pois não compreendem pessoa jurídica em que haja sócios de responsabilidade ilimitada perante terceiros, ainda que às vêzes solidária, e em qualquer hipótese subsidiária.

Entre os defensores desta tese, encontramos o já mencionado *J. L. Benito*, que escreve, depois de negar a possibilidade das chamadas sociedades de pessoas, de constituir pessoas jurídicas:

“Si hudiera en las Compañías colectivas un ser jurídico independiente de los sócios, este ser tendría un capital proprio y, una vez liquidado este capital, não poderia recurrirse para pagar las deudas sociales al patrimonio de los que hicieron sus aportaciones cuando se constituyó el primer”.

Para o ilustre escritor espanhol as sociedades de pessoas são comunidade de bens e interêsses, que não podem constituir pessoas jurídicas.

Não difer substancialmente o entendimento de *Lacerda de Almeida*:

“A comandita simples é uma sociedade em nome coletivo ou com firma modificada pela circunstância de faze-

rem parte dela sócios de responsabilidade limitada e aos quais é interdita a gestão. Que nada importa isso à personalidade é bem claro; consiste a personalidade em constituir a sociedade ente jurídico distinto dos sócios e de modo algum capaz de confundir-se com a pessoa destes. Ora, que seja limitada ou inteira a responsabilidade dos sócios, nem por isso deixará a sociedade de ser os próprios sócios coletivamente tomados, de exprimir outra coisa mais que a relação em que êles se acham.

A comandita por ações é, na essência, não uma sociedade anônima, mas uma comandita e, portanto, da natureza da comandita simples, não constitui pessoa jurídica.

Das sociedades civis (de fins lucrativos) nada nos resta dizer, se negamos personalidade às sociedades comerciais salvo à anônima” (“Das Pessoas Jurídicas”, pág. 189).

Os argumentos expendidos pelos ilustres escritores citados impressionam mas não convencem.

Porém, a questão está posta. Como superar o obstáculo? Como “conciliar”, pergunta o prof. *Octavio mendes*, em seus “Ensaio de Direito Comercial”, pág. 212, “conciliar essa autonomia e personalidade distintas das dos sócios, com a responsabilidade ilimitada que a lei impõe a êstes pelas dívidas sociais? Afirmada a distinção das pessoas, cada um deveria responder somente pelos seus débitos: assim como a sociedade não é responsável pelos débitos particulares dos sócios, êstes não deveriam ter responsabilidade alguma pessoal pelos débitos da sociedade. Tal deveria ser a consequência rigorosa dos princípios (*Giorgi*, “Pers. Giur., vol. 6.º, n. 165”).

Pela simples leitura do artigo 350 do Código Comercial, como páginas atrás salientamos, se constata que a responsabilidade dos sócios de responsabilidade ilimitada é sempre subsidiária, não se podendo, em consequência, aceitar a afirmação de *Lacerda de Almeida* (ob. cit.,



pág. 185) de que o aludido sócio é o “devedor principal e único com graduação de bens sujeitos à excussão como sucede em vários casos de obrigação individual”.

Deve-se notar que, no Código Comercial Brasileiro, os sócios não são solidários com a sociedade. São solidários, com exceção daqueles que têm responsabilidade limitada ou nenhuma responsabilidade (sócio de indústria), para com terceiros. Depois, como salienta *Paul Pic*, citado pelo prof. *Octavio Mendes* (ob. cit., pág. 215),

“dizer dos sócios que êles são solidariamente responsáveis pelo passivo social não é o mesmo que dizer que êles são solidários com a sociedade”.

Responde a indagação anteriormente feita, o eminente *Francesco Ferrara* (“*Revista del diritto commerciale*”, vol. 8, 1910, pág. 107, *in fine*):

“Il ragionamento va per il diritto tedesco, dove veramente i soci d’una coletiva sono responsabili in prima linea, debitori solidali colla società; ma per il codice ital. non ha alcuna efficacia, perché é testualmente *chae si tratta d’una responsabilità sussidiaria che si aggiunge a quella della società*, e che viene in moto, solo dopo che la prima é esaurita. Ora il concetto d’una responsabilità secondaria non solo non contraddice all’idea della persona giuridica, ma ne é una conferma, perchè mostra che vi sono due debitori, invece d’un solo”.

E complementa o prof. *Octavio Mendes* (ob. cit., pág. 212):

“A responsabilidade subsidiária concilia perfeitamente a sociedade em nome coletivo com os princípios de direito que regulam o instituto da personalidade jurídica”.

Não é diferente o raciocínio em relação à sociedade em comandita simples.

Portanto, no direito brasileiro, não podem subsistir quaisquer objeções quanto a não serem as sociedades em comandita simples, pessoas jurídicas, desde que tenham

existência regular, ou seja, os respectivos contratos sociais devidamente arquivados no registro de comércio (art.18 do Cód. Civ.).

“Para que as sociedades sejam comerciantes não há mister do concurso dos elementos que o Código exige relativamente às pessoas naturais. Essas sociedades são estabelecidas mediante forma prescrita na lei; nascem protegidas e disciplinadas pela legislação comercial. A qualidade de comerciante é anterior ao exercício das operações a que elas se propõem, e a êste exercício são exclusivamente destinadas” (*Carvalho de Mendonça*, “Tratado”, vol. II, n. 122, 5ª ed., pág. 100).

Consagrando o nosso Código Civil a personalidade jurídica das sociedades mercantis, pôs fim, repetimos, definitivamente, no campo legal, à controvérsia que durante muito tempo alimentou os arrazoados forenses, as decisões judiciais e a doutrina da época.

Não se justifica pois, em face do exposto, a exigência da participação de um comerciante. Nem tampouco há necessidade de se satisfazer a exigência da parte final do art. 315 do Código Comercial, referendada pelo § 1º do art. 3º do dec. 916, de 24 de outubro de 1890. E isto porque, como afirma *Thaller*, citado por *José L. Benito*, ob. cit., pág. 121.

“Lorsque deux ou plusieurs personnes ce sont mises en Societè, ce ne sont pas elles qui exercent le commerce. Il s’est interposé entre ces associés un être juridique, parfaitement sèparable de leurs personnes physiques...”.

Claro ficou que a sociedade em comandita simples, com contrato social arquivado na Junta Comercial, é uma pessoa jurídica. Bem expresso também que o nosso código a considera como sociedade e não como uma simples parceria, como o fazia o velho código lusitano de 1833.

Sendo, pelos motivos expostos, inaceitável a definição legal de sociedade em comandita simples, cabe-nos oferecer uma.

“Sociedade em comandita simples é aquela em que existem duas categorias de sócios: um chamado comanditado, que responde subsidiário, mas ilimitadamente, e também solidariamente se forem dois ou mais, perante terceiros, pelas obrigações sociais, e outro, ou outros, denominados comanditários, que não respondem além da quota conferida”. Registre-se aqui, à título de esclarecimento, a observação feita por *Carvalho de Mendonça* quanto ao comanditário:

“Parece que comanditário devia ser chamado o que recebesse o fundo dos prestadores. Em nossa linguagem jurídica, temos cessionário, mandatário, comissário, depositário, locatário, mutuário, representando sempre uma situação passiva, como aquêle a quem é feita a cessão, confiado o mandato, entregue o depósito, etc. A linguagem italiana é mais exata: *accomandatario* chama-se aquêle que recebe em comandita e *accommandante* aquêle que dá em comandita” (“Tratado”, vol. III, pág. 174).

Note-se que o artigo 1.182 do projeto do Código das Obrigações de 1965, definindo a sociedade em comandita simples, como sendo a em que:

“...tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados sòmente pelo valor de sua quota”, exclui a possibilidade de uma pessoa jurídica ser sócio comanditado e limitou a quatro o número mínimo para a constituição da sociedade, dois comanditados e dois comanditários.

Em face da legislação vigente é perfeitamente viável uma sociedade com sòmente dois sócios, um de cada categoria.

Outra peculiaridade do projeto que desde logo chama a atenção é a que se refere à possibilidade da sobrevivência da sociedade por seis meses sem uma das categorias de sócios retro mencionados (art. 1.188). E na falta de sócio comanditado, permite o aludido artigo, em seu parágrafo único, que os sócios comanditários nomeiem um administrador provisório, que sem assumir as responsabilidades do faltante, praticará os atos de administração”.

“Data venia”, tal preceito desnatura a sociedade em comandita simples, transformando-a praticamente (em ocorrendo a hipótese), numa sociedade de responsabilidade limitada, e propiciando a possibilidade de toda uma série de desmandos, por parte dos comanditários, a quem cabe a nomeação do administrador provisório.

A garantia que êsse tipo societário oferece a terceiros ficará reduzida, em consequência, apenas ao patrimônio social. E os terceiros de boa fé que negociarem com a sociedade durante êsse período?

Dir-se-á que tal hipótese é extremamente rara, dado que o art. 1.182 exige no mínimo dois comanditados e o mesmo número de comanditários. Porém pergunta-se:

Se há sócio comanditado, por que se nomear um estranho ( não pode ser nenhum dos comanditários em face do art. 1.184)? Se havia um só, como se admitir a sobrevivência da sociedade em face do art. 1.182 e do inciso IV do art. 1.170?

As hipóteses que poderiam ser formuladas como respostas são tão extremamente raras que o legislador poderia ter sido mais específico, indicando-as. Parece que não perdemos o vêzo antigo de complicar a comandita simples.

Retornando a nossa definição, devemos dizer que na mesma não incluímos como requisitos o contrato social e o respectivo arquivamento no registro peculiar, nem

tampouco a firma ou razão social, por considerarmos conseqüências lógicas da mesma. Realmente, sociedade em comandita simples sem contrato, por instrumento particular ou público, arquivado na Junta Comercial ou em uma de suas delegacias, inexistente. É sociedade irregular ou de fato. Clara, é a respeito a lição do saudoso prof. *Waldemar Martins Ferreira*, no seu "Tratado", obra merecedora dos maiores encômios.

"Não se compreende sociedade em comandita, constituída irregularmente. Nem de fato. Numa e noutra, a despeito de como tal chamada, se têm sócios solidária e ilimitadamente responsáveis; e nenhum comanditário" (pág. 471, n. 559).

Outrossim, já vimos que a sociedade regular tem personalidade jurídica. A firma ou razão social, na hipótese ora estudada, é a decorrência imediata. É o nome com o qual a sociedade exerce o comércio e assina-se nos atos a êle referentes (art. 2º do dec. 916/1.890). É o modo pelo qual ela é individuada. A única exceção, se é que a poderíamos chamar de sociedade regular, é a sociedade em conta de participação, por muitos considerada um simulacro de sociedade. Sociedade, porém, que não se exterioriza, que não existe para terceiros, não pode contraditar a regra geral.

Todavia, quem pode ser sócio da sociedade em comandita? Qualquer pessoa que tenha capacidade ou esteja autorizada a comerciar, na conformidade do disposto no art. 1º do Código Comercial Brasileiro. Aos menores está terminantemente vedado o ingresso nas sociedades em comandita simples, em face do que dispõe o art. 308 do Código Comercial.

E a pessoa jurídica? Como sócia comanditária não há objeção quer da lei quer dos estudiosos. E como comandita? Aí começam as divergências. O projeto do Código de Obrigações em discussão no Congresso Nacional, é taxa-

tivo. Só as pessoas físicas (art. 1.182). A legislação vigente é omissa a respeito. Não proíbe, logo permite. Não temos a menor dúvida a êsse respeito. A dúvida surge em uma pergunta complementar. Tôdas as pessoas jurídicas podem ser sócias comanditadas, ou melhor, tôdas as sociedades mercantis podem ser sócias comanditadas de uma sociedade em comandita? Não é o caso de se cogitar, nesta hipótese, da sociedade em conta de participação, pelas razões já expostas, e sim das sociedades de responsabilidade limitada, ilimitada e mista, tendo em vista a responsabilidade assumida pelos sócios.

*Vivante* é positivo. Pode. Na quinta edição de seu "Tratado", pág. 128, n. 395, ensina:

"Per costituire un'accomandita è necessario almeno un sócio accomandatário ed un socio accomandante, che possono essere tanto una persona fisica che una persona giuridica".

Não há no texto qualquer restrição. Entretanto, *Arccangeli* (ob. cit., pág. 115), dá-nos notícia diferente:

"Tra gli scrittori italiani, il *Vivante* a expressa l'opinione che una società in nome collettivo possa divenire socio a responsabilità ilimitata, tanto in una società in nome collettivo, quanto in una società in accomandita; non lo possono invece un'anônima ed un'accomandita per la natura limitata delle garanzie che offrono ai creditori".

E prossegue o mestre italiano:

"Debbo convenire con il prof. *Vivante* per ciò che riflette la società anônima, nonostante che il *Vighi* ritenga tale opinião incompatibile col corattere di persona giuridica attribuito alle società commerciali. Dice quest'autore que la responsabilità que la persona giuridica assume con tutto il proprio patrimonio non è giuridicamente ed economicamente diversa dalla responsabilità illimitata assumta dalla pessoa física; non à quindi esatto il riferimento alla natura limitada della responsa-

bilità dell'azionista, perchè ciò che è importante nella questione si è che la persona giuridica responda illimitatamente con quel complesso di beni che costituiscono il suo patrimonio. Ciò non è, a parer mio, esatto, perchè se il patrimonio di un individuo è suscettibile di acrescersi con tutti i guadagni che il medesimo può fare, altrettanto non può dirsi per la società anonima, ove i guadagni vanno a rimpinzare le tasche degli azionisti: escono cioè per sempre dal patrimonio sociale. Quindi i terzi creditori non possono contare che sulle azioni, le quali costituiscono nel loro insieme un capitale fisso, e perciò danno luogo ad una responsabilità limitata”.

Parece-nos, “data venia” que a melhor doutrina está com *Vighi*, devendo-se a posição assumida por *Arcangeli* a uma defeituosa colocação do problema. A primeira objeção é destituída de valor científico, uma vez que se trata de mera possibilidade. A segunda, mais relevante, não elide, entretanto, o entendimento de *Vighi*. O fulcro da questão está, em nosso ponto de vista, no entendimento que se dê à locução “responsabilidade ilimitada”. Para nós, essa ilimitação está condicionada e não vai além do valôr do patrimônio do sócio responsável. É o que em última análise anota *Vighi*.

## II

SUMÁRIO: As diversas explicações existentes sobre a origem das comanditas. A nossa opinião. Evolução histórica da sociedade em comandita simples, de suas origens aos nossos dias.

Segundo alguns autores, teríamos a origem próxima da sociedade em comandita na comenda ou em uma variante, a “collegantia”, e remota no “nauticum foenus”, instituto do direito helênico, adotado pelos romanos e consagrado no “Corpus Juris Civiles” de Justiniano. Como já vimos, o “nauticum foenus” não passa de um

tipo de mútuo e portanto, de um contrato. Consistia, segundo *Paul Huvelin* (“Droit Commercial Romain”, pág. 196), em uma “opération de crédit dans laquelle un capitaliste remet une valeur (régulièrement de l’argent) a un entrepreneur de transports qui doit employer cette valeur pour une spéculation déterminée de commerce maritime, á charge de la rendre avec des intérêts importants si le voyage est heureux, mais avec dispense de rendre si l’entreprise échoue”.

Há outra versão, segundo a qual, tal sociedade teria a sua origem na sociedade dos publicanos ou vectigalistas dos romanos.

Segundo *Édouard Cuq*, estas sociedades “formenty une categorie à part: a) On les raproche des municipes, des collèges, des décuries; il leur est permis de se constituer en corporations, et dans ce cas elles ont un patrimoine commun, des représentants (actor, syndicus); b) l’administration est en principe confiée à un magister qui peut être l’un des associés. Los actes de cet administrateur profitent ou nuisent à la société; c) *Lès sociétés de publicains, como nos sociétés en commandite, comprennent deux sortes de membres: des associés et des participants. Ceu-ci sont de somples bailleurs de fonds; ils restent étrangers a l’administration*” (grifo nosso) – (in “Manuel des Institutions Juridiques des Romains”, pág. 500).

Outros entendem, que a sociedade em comandita simples nasceu, na sociedade em nome coletivo, como uma reação ao princípio da responsabilidade ilimitada.

É o que sustenta *Ageo Arcangeli*, no seu conhecido livro “La società in Accomandita semplice”, pág. 30:

“Io sostengo che come reazione al principio della responsabilità illimitata, nel seno della società in nome collettivo, si venne formando spontaneamente la società in accomandita”.



Com tal conclusão não concorda *Levin Goldschmidt*, na sua clássica "Storia Universale del Diritto Commerciale" (trad. por *Puchain e Scialoja*), afirmando:

"la società in accomandita non é storicamente (o dogmaticamente) una società in nome collettivo modificata, e la società per azioni non é una società in accomandita modificata; pero una volta sorte hanno avuto in varii modi influenza le une sulle altre; particolarmente l'economia domestica in società ha preso il suo carattere mercantile sotto l'influenza della commenda, e viceversa la commenda sotto l'azione della società in nome collettivo pienamente aviluppata si é avvicinata a questa, e si trovano sino ai tempi piu recenti forme miste e forme intermedie.

I germi per lo meno della commenda sono contenuti nell'antico diritto volgare" (pág. 201).

*Cessi, citado por Brunetti* no seu "Trattato del Diritto della Società", pág. 325, depois de indicar que a diferença entre a comenda e a sociedade está "nella communicatio dei capitali conferiti, per cui in questa si stabilisce una comunione fra i soci, laddove nella prima persiste l'obbligazione da creditore a debitore" conclui que *Arcangeli* estava parcialmente equivocado, engano ésses decorrente de uma unilateral "valutazione degli elementi costituenti la nuova forma e nella non esata percezione del processo formativo". E apoiado em um comentário de *Scialoja*, conclui que não se pode considerar:

"l'accomandita come svolgimento di uno degli elementi costitutivi la società ma il prodotto della loro fusione, e specialmente della fusione della struttura sociale della collettiva col principio della responsabilità mediante il diffondersi di una varietà di affari di cui la commenda é l'esponente piu tipico".

As diversas versões sôbre a origem histórica das sociedades em comandita já por si revelam a dificuldade da

matéria <sup>(3)</sup>. E se procurarmos assemelhações mais antigas que o “nauticum foenus” não teremos grandes dificuldades em encontrá-las. *Paul Rehme*, na sua “História Universal del Derecho Mercantil”(trad. espanhola) dá-nos várias indicações: no chamado Código de Hamurabi está disciplinado um instituto, que poderíamos equiparar a uma comenda ou mesmo a uma sociedade comanditária:

“Pero tampoco la interpretacion de que se trata de una comenda contraria lo mas minimo el tenor de los preceptos. Sociedad comanditaria solo puede existir, desde luego, si tiene lugar un reparto del beneficio entre el damgar y el samallu; haciendose este reparto, no solo se puede sino se debe rigurosamente sostener que existe en este caso una relación de sociedad comanditaria, rechazando toda interpretación. Pero las normas de la ley no hablan directamente, es verdad, de la participación del samallu en las ganancias, si bien algunos artículos parecen indicar que existe” (pág. 45).

Não desconheciam os árabes, como informa o mesmo *Paul Rehme* à fls. 75 de seu livro, tal instituto.

Os documentos históricos não são tão precisos que possam abonar, sem deixar margem a dúvidas, quaisquer das explicações supra referidas. Entretanto, preferimos nos integrar na corrente daqueles que pretendem ver na “comenda” a origem próxima e no “nauticum foenus” a origem remota da sociedade em comandita simples, valendo-nos da posição jurídica que nesses institutos tiveram os chamados capitalistas e que mesmo nos Códigos – diga-se de passagem –, que admitiram a co-

---

(<sup>3</sup>) O prof. *Mauro Brandão Lopes*, na sua preciosa monografia “Ensaio sobre a Conta de Participação no Direito Brasileiro” registra na página 17, a opinião de *Caroselli*, citado por *Grandi*, de que “il Medio Evo ha dato una elaborazione pratica, autonoma, alle diverze forme di società, che si sono formate naturalmente come risultato della consuetudine mercantile e non come elaborazione dottrinale di istituti preesistenti”.

mandita como sociedade, e não como um simples contrato, deixando vestígios ("simples bailleurs de fonds" art. 23 do Cód. Comercial Francês, do qual o nosso é mera cópia).

Devemos lembrar aqui que *Houpin e Bosvieux*, "*Traité*", pág. 335, afirmaram textualmente:

"La société en commandite présente une certaine analogie avec le contrat de prêt, et il est parfois difficile de distinguer ces deux contrats".

A "comenda", originariamente um instituto do direito marítimo, apresenta-se em duas típicas formas contratuais:

"un commerciante, un navigatore, comumente designato com il termine di "trattatore", recebe da un capitalista, detto "stans" una sovvenzione in denaro o in merci e si obbliga ad impiegarla in determinate speculazioni mercantili ed a restituirla sotto la condizioni di un viaggio e di un ritorno felice, insieme con una parte dei lucri. Ma anche il commerciante, il navigatore stesso può impiegare capitali propri nell'impresa; di conseguenza il rapporto che si instaura tra le parti può presentarsi in duplice forma contrattuale, pur conservando un'inscindibile unità concettuale e sostanziale" (Prof. *Maria Ada Benedeto*, in "Novissime Digesto Italiano", pág. 608).

Há autores, entre eles o ilustre prof. *Philomeno J. Costa*, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que chamam o contrato primeiramente descrito como "comenda propriamente dita", que seria a fonte originária da sociedade de capital e indústria e o segundo de "collegantia", bêrço da sociedade em comandita simples e da sociedade em conta de participação. O professor *Antonio Brunetti* no seu "Derecho Marítimo Privado Italiano" (trad. espanhola), tomo I, pág. 138, prefere descrever a collegantia assim:

“La “collegantia”(siglo X) es la “comenda” del derecho veneciano, por tanto una reproducción de la “società di credito” del derecho pseudo-rodio, del cual la legislación veneciana fue la sucesora. Se caracteriza por ser un contrato entre dos personas, el “stans” y el “procertans”, el cual declara haber recibido una determinada suma para constituir el capital del negocio, con la obligación de “laborare et procertare”; y mientras el “stans” concurre con la facilitación de una cuota de capital generalmente en la medida de dos tercios, el “procertans” contribuye con su próprio trabajo. “En los aspectos interno y externo – escribe *Cessi* –, el caracter de la “collegancia”, no es el de la sociedad, porque no se opera una compacta comunidad social entre “collegante y collegatorio”, de bienes, ni de beneficios, sino una comunidad simple, y porque el “collegatorio” es el “dominus” del negocio obligado por obligaciones civiles al “collegante”, que permanece “dominus” de su propia cuota y porque el verdadero responsable frente a terceros y frente al “collegante”, es solo el “collegatorio”, salvo los riegos de tierra y demas independientes de sua voluntad”.

E continua:

“Dibujando estos trazos característicos, *Cessi* disiente de *Arcangeli* y de *Lastig* que pretenden identificar tal institución con la “comenda”.

A propósito, convém notar, que *Goldschmidt*, na sua precitada “Storia”, págs. 205/206, tem entendimento contrário, uma vez que para êle a “collegantia” é uma forma de “comenda”, pois quando havia uma “partizipacione (per lo più esigua) al capitale del tractator (commenda con “partecipazione bilaterale al capitale”) questa specie è chiamata prevalentemente collegantia (Venezia), o societas (maris...terrae); tuttavia s’incontra anche per questa especie il termine generale “commenda” e viceversa per la commenda con “partecipazione unilaterale al capitale” il termine “societas”.

Mencina também, o prof. *Brunetti*, a “*implícita*”, ou implitta, ou impietta, originária da comenda e à qual *Casaregis* faz particular referência (“*Discursus*”, 29, 6).

Enfim, como sustenta a prof. *Ada Benedetto*, no “*Novissimo Digesto*”, tais relações tinham os mais variados “*nomina iuris*”, sendo o mais comum o de “comenda”,

“*derivata dalle espressioni accomendatio, commendatio, accomenda, comanda com cui é designata la forma unilaterale dell'istituto, mentre la forma bilaterale è indicata per lo più con societas o societas maris; e quella di collegantia, che designa ambedue le forme nelle fonti venete*”

e que segundo *Casaregis*, “*Discursos*”, 29,9, vem do verbo “*commendare*”, no sentido próprio de incumbir alguém ou confiar na boa fé de alguém e não no sentido impróprio de depositar.

Pelo que já foi exposto se verifica que não há uniformidade de pontos de vista sobre a origem da sociedade em comandita simples, embora predomine a opinião de que ela é oriunda, diretamente, da comenda. Porém, seria a comenda uma sociedade?

Como já assinalamos anteriormente, quase todos os Códigos Comerciais modernos consagram a comandita simples como sendo uma sociedade? Sê-lo-ia a comenda?

A esta indagação responde *Josephus Laurentius Maria de Casaregis*, no seu notável “*Discursos Legales de Commercio*” (“*Discursus*”, XXIX, 1 a 5), negativamente. Depois de assinalar que embora à primeira vista pareça ser uma espécie de sociedade, tal não ocorre face ao Estatuto de Gênova. Alguns intérpretes falaram em sociedade imprópria, errôneamente. Pensam outros, informa ainda *Casaregis*, que seja verdadeira sociedade, limitada, porém, só ao lucro, sem comunicação do capital, que continua como propriedade do capitalista, permitido ao comanditário (no nosso direito comanditado) só o uso do

dinheiro ou das coisas, a fim de com o trabalho ou indústria dêste aumentarem o capital e as coisas “encomendadas” e o aumento, chamado “lucro” ser repartido entre as partes segundo tiverem pactuado. E conclui:

“Nos vero semper arbitrati sumus, quod talis contractus. Accommdae attenta dispositione Statuti Genuen, dicti § fin., nullam penitus societatis speciem in se contineat, sed potius contractus specialis institoriae”.

(Nós, entretanto, atentos à disposição do Estatuto Genovês, jamais admitimos a existência de qualquer semelhança entre a comenda e contrato de sociedade; deve aquela ser antes considerada contrato especial de natureza “institutória”- trad. do prof Alexandre A. Corrêa) (Cf. entre outros, *Gella*, pág. 108).

Embora, nem sempre sob o mesmo fundamento, a maioria dos autores que trataram do assunto, entendem no mesmo sentido, isto é, que a comenda não passou de um simples contrato, não podendo ser considerada uma espécie de sociedade. E sob muitos aspectos tal entendimento ainda subsistia quando da elaboração dos primeiros Códigos Comerciais, como já vimos.

Em sentido contrário podemos indicar entre outros, a *Goldschmidt*. Entre as passagens de seu livro, podemos, como exemplo, mencionar a seguinte:

“la commenda, come più recentemente la cambiale, è fin dal principio un affare di credito generale (però in forma di società), *Storia*, pág. 206.

*Arcangeli* (ob. cit., pág. 18), que como todos sabemos não aceitava como germe da sociedade em comandita simples a comenda, embora reconhecesse nessa teoria o mérito da verossimilhança, traça em rápido bosquejo a evolução da comenda para a sociedade em comandita, segundo os seus arautos, ou repetindo as suas palavras,

“Mas se nella commenda, como tale, no si può riscontrare una vera e propria accomandita, sostengono i piu,

che l'accomandita è una trasformazione della commenda”.

Porém, como aconteceu essa transformação? Qual o período de transição? Difícil é precisá-lo em todos os seus pormenores. Pode-se apontar alguns momentos característicos dessa transição, como o faz *Goldschmidt*.

E continua o citado mestre italiano:

“Nella commenda bilaterale, e ulteriormente nella commenda di terra, specialmente nella bancaria, il “trattator” guadagna di fronte ad un gran numero di fornitori di capitali, per lo più isolati, una posizione dominante. Ma nello stesso tempo nell’interesse dei fornitori di danaro da un lato, e dei creditori della società dall’altro, si effettua in un modo più netto la separazione del patrimonio sociale dai beni particolari dei soci, e si aggiunge l’obbligo della registrazione, perché nei momenti di crisi gli accomandanti, con l’annuizione compiacente degli accomandatari, non figurino quali creditori della società. Questa trasformazione comincia dal 15 secolo (Firenze, 1.408 e seg.) ma non può dirsi compiuta che nel XVII, con la legislazione di Luigi XIV. A tale società si dà il nome di accomandita, e di società per via di accomandita (quando siano più di uno i soci accomandanti, uniti tra loro in società); benché a taluno sembri che questa seconda forma sia stata non parallela, ma preparatoria dell’altra”.<sup>4</sup>

Levada para a França, pelos mercadores italianos, nesse país, a comandita caminharia para a sua consagração definitiva como sociedade. Já a “Ordonance de

---

<sup>4</sup> *Arthuys* dá uma outra versão: “Ce procédé fut employé pour utiliser le numéraire, à une époque où le prêt à intérêt était prohibé par le droit canonique et où les nobles ne pouvaient pas, sans déroger, se livrer eux-mêmes au commerce. Seulement, sous cette forme, le contrat de commande devait nécessairement subir une transformation. Pour échapper à la prohibition du prêt à intérêt, le comanditaire devait devenir un associé. (Traité des Sociétés Commerciales, vol. 1, p. 234, n. 274). No mesmo sentido doutrina o prof. *Mauro Brandão Lopes* (ob. cit., p. 22).

mars de 1673 sur le commerce de terre”, a colocaria no capítulo que disciplina as sociedades, ao lado da sociedade em nome coletivo. Não lhe reconhece, porém, o direito ao uso da firma ou razão social, nem tampouco lhe dá uma definição. A sua formalização, porém, depende de contrato escrito, por instrumento público ou particular e

“l’acommandatorio é il gestore della società, e siccome l’ordinanza non dà all’accomandita la prerrogativa di servizi di una ragione sociale, così è a suo nome che si gestiscono gli affari sociali” (Arcangeli, ob. cit., pág. 61).

Porém, como assinala *Arcangeli*, não foi o referido diploma legal o primeiro a admitir a comandita como sociedade ao lado da em nome coletivo.

“...se il Saleilles crede che l’Ordinanza abbia, prima de ogni altra legge, posto l’accomandita allo stesso livello della società in nome collettivo, egli dimentica, o non conosce, lo Statuto della Mercanzia di Lucca del 1554, ove della compagnia e dell’accomandita si tratta in un solo capitolo (il XXI del libro I); lo Statuto della Mercanzia di Firenze del 1495, quello successivo del 1585 (1577), nonché lo Statuto della Mercanzia di Siena del 1644 ove all’accomandita è sempre fatto posto accanto alla società in nome collettivo” (ob. cit., pág. 64).

Embora não se lhe possa atribuir a primazia, dúvida não há que foi com a “Ordonnance” de 1673, que a sociedade em comandita encontrou a sua disciplina dentro em os princípios de uma verdadeira sociedade, embora na doutrina subsistisse a antiga sociedade oculta, como lembra *Endemann* (“Manuale di Diritto Commerciale, Marittimo e Cambiario”, vol. I, pág. 462, trad. italiana).

De 1673 a 1807, poucos são os fatos dignos de registro. O principal deles é o que concerne ao uso da firma ou razão social, consagrada pelo costume. *Arcangeli* dá-nos conta de um litígio judicial, onde se pretendeu fôsse declarado ilimitadamente responsável o sócio comanditário,



uma vez que a sociedade em comandita havia girado na praça debaixo de uma razão social. Conseguindo o comanditário provar

“che una tale conquista da lungo tempo era stata ottenuta dall’accomandita, e che la consuetudine le aveva dato forza di legge” e que o aditivo “e companhia” poderia ser usado tanto para a sociedade em nome coletivo como para a sociedade em comandita, obteve uma decisão judicial favorável (ob. cit., pág. 69).

Mas as suas agruras não haviam terminado. Ainda não estava definitivamente consolidada. Correu graves riscos de desaparecer nos trabalhos preparatórios da comissão que elaborou o projeto do Código Comercial Francês de 1807. Encontrou em *Merlin* um oponente tenaz e em *Bégouen e Cretet* argutos defensores. A discussão girou quase toda em torno da firma ou razão social, especialmente quando constituída por dois sócios. Em tal caso, segundo *Merlin*, o uso da firma social seria fonte de enganos, pois poderiam terceiros supor que se tratava de uma sociedade em nome coletivo, ou seja, constituída de sócios de responsabilidade solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Não foi feliz *Merlin* na sua oposição e o artigo 23 do Código Comercial Francês consagrou definitivamente a sociedade em comandita simples:

“La société en commandite se contracte entre un ou plusieurs associés, responsables et solidaires, et un ou plusieurs associés, simples bailleurs de fonds, que l’on nomme commanditaire ou associés en comamandite”,

embora em nossa opinião o ilustre jurista tenha deixado vestígios de sua oposição no texto do artigo 24 do mesmo Código, artigos esses que o nosso Código Comercial fundiu num só dispositivo (art. 311).

Graças às suas peculiaridades, a sociedade em comandita simples teve larga aceitação e devido à influên-

cia que o Código Comercial Francês exerceu na elaboração dos Códigos Comerciais que se lhe seguiram, introduziu-se em tôdas as legislações modernas. Teve a sua época de fastígio. Foi suplantada pela sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Está em decadência embora, em nosso parecer, seja sob muitos aspectos superior à sua irmã gêmea, a revigorada sociedade em conta de participação.

### III

SUMÁRIO: A redação da parte final do art. 311. Interpretação.

O nosso Código Comercial foi elaborado, tendo como modelos confessados os Códigos Francês, Espanhol e Português (cf. exposição de motivos, in “*Waldemar Ferreira, Tratado*”, pág. 92), principalmente o primeiro. Há dispositivos da sociedade em comandita que são meras traduções e que foram adotados sem passar pelo necessário crivo, com todos os seus defeitos. Diga-se, em abono dos elaboradores do projeto do Código Comercial Brasileiro, que não são os únicos nessas condições. Todos os Códigos que sofreram a influência do Frânces, pecaram pelos mesmos motivos.

Diz a parte final do artigo 311 do Código Comercial Brasileiro:

“Se houver mais de um sócio solidariamente responsável, ou sejam muitos os encarregados da gerência ou um só, a sociedade será ao *mesmo tempo* em nome coletivo para êstes, e em comandita para os sócios prestadores de capitais” – (grifo nosso).

Qual o sentido que devemos dar a essa parte final do referido artigo? Teria o legislador admitido uma sociedade-jano, como lembra *Carvalho de Mendonça* (pág. 177)? Ou uma sociedade bifronte, como quer *Waldemar Ferreira*,

“Bifronte é a sociedade: de um lado, é em nome coletivo; de outro é em comandita. Naquela, os sócios, pròpriamente ditos, respondem ilimitada e solidàriamente pelas obrigações sociais, os prestadores de capitais, também sócios, mas inativos, respondem pessoal e limitadamente por aquelas obrigações” (“Tratado”, pág. 468).

Curioso é que admitindo êsse bifrontismo chegaremos ao seguinte absurdo: havendo um só sócio comanditado e um ou mais comanditários é uma sociedade em comandita simples e havendo mais de um comanditado é em nome coletivo para êstes, em comandita para aquêles.

Tal anomalia nos induz a concordar com aquêles que negam a aparente duplicidade da sociedade em comandita simples.

Realmente, tendo uma estrutura jurídica própria, inconfundível com qualquer outra, a sociedade em comandita simples é um tipo societário que não pode, em nossa opinião, sequer ser assemelhada a em nome coletivo. E assim, segundo parece, também pensavam os elaboradores do projeto do Código Comercial Brasileiro, pois que de outra maneira não teriam disciplinado especialmente a comandita, inserindo-a, então, na mesma secção que a sociedade em nome coletivo.

Jamais houve a intenção de bipartir a sociedade em aprêço. E depois, como escreve *Navarrini*, in “Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, pág. 365:

“Il concetto d’accomandita non ha senso se non si tien presente la contemporanea esistenza dei due gruppi di soci”.

Não passou desaperccebida tal anomalia aos autores italianos, que preferiram atribuí-la a uma redação pouco feliz, como assinala *Alfredo de Gregorio*, in “Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, pág. 195. Outros porém silenciam, como *Rodolfo Calamandrei*, in “Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, vol. I, pág. 332.

Finalmente há os que são contundentes, como *U. Navarini*, ob. cit., vol. II do “Commentario al Código di Commercio”, pág. 364:

“Questa disposizione che per forza di inerzia si è tramandata della legge francese (art. 24) a molti dei codici a delle leggi successive, è evidentemente erronea, e per fortuna, benchè, considerata in sè stessa, potrebbe condurre ad infrangere l’omogeneità del vincolo sociale, non ha nessuna influenza concreta sulle norme successivamente stabilite dalla legge. Evidentemente erronea; perchè, a non dir nulla della profunda, insanabile illogicità che sarebbe insita nel pensare che il contratto de società spieghi un effetto od un altro effetto profondamente diverso a seconda del numero o del raggruppamento dei soci di dui questa si componga, è certo che se si vogliono, nel caso prevista dal legislatore, considerare separatamente i due gruppi di soci – accomandatari da una parte e accomandanti dall’altra – o si isolano del tutto (erroneamente) dal vincolo comuni che li collega, ed allora, per esser logici, se non se chiama accomandita la società rispetto agli accomandatari, ma la si chiama società in nome collettivo, non la si può chiamare accomandita nemmeno rispetto agli accomandanti, ma la si dovrebbe per essi chiamare società anonima; oppure si tien presente quel vincolo, como è di dovere, ed allora si deve chiamar accomandita rispetto a tutt’e due i gruppi che ne formano parte essenzialize ed inscindibile, e non soltanto rispetto a quello degli accomandanti”.

Em nosso parecer não quis o legislador mercantil de 1850, nem o desejaram os elaboradores do projeto do Código Comercial Brasileiro, como não o pretenderam os do Código Francês, bipartir a sociedade em comandita simples. Primeiramente porque em determinada hipótese, como já ressaltamos, conduziria a uma anomalia e segundo porque conduziria, na prática, à criação de uma forma de restrição pura e simples da responsabilidade

dos sócios em nome coletivo, não se justificando a dispensação especial. O que se pretendeu foi tornar clara a equivalência de responsabilidade. Chamar a atenção para a idêntica posição jurídica dos sócios referidos, ou, em outras palavras, fixar as relações jurídicas do comanditado em referência à sociedade e a terceiros, que não diferem das do sócio em nome coletivo, ou seja, na hipótese, responsabilidade ilimitada e solidária pelas obrigações sociais ainda que subsidiariamente (art. 350 do Cód. Com.), ou mais propriamente, que os sócios comanditados têm os mesmos direitos e obrigações que a lei confere ao sócio da sociedade em nome coletivo. E isso está claro na parte final do art. 313 do Código Comercial:

“Na mesma sociedade os sócios comanditários não são obrigados além dos fundos com que entram ou se obrigam a entrar na sociedade, nem a repor, salvo nos casos do art. 828, os lucros que houverem recebido; *mas os sócios responsáveis respondem solidariamente pelas obrigações sociais, pela mesma forma que os sócios das sociedades coletivas* (art. 316)” – Grifo nosso.

Não discrepa José Tavares, “Sociedades e Empresas Comerciais”, ao escrever:

“Há, portanto, nesta espécie de sociedade, duas categorias de sócios perfeitamente distintas, sendo a situação jurídica de uns dominada pelos princípios aplicáveis às sociedades em nome coletivo e a situação jurídica de outros dominada pelos princípios aplicáveis às sociedades de responsabilidade limitada” (pág. 284).

Talvez devêssemos procurar as razões de tal entendimento, no discurso proferido por *Merlin*, na oportunidade dos trabalhos preparatórios do projeto do Código Comercial Francês, fala essa registrada, na parte que nos interessa, por *Endemann*, no seu já citado “Tratado”, pág. 462, e que traduzia a preocupação daquele mestre francês, quanto ao uso da firma social e que poderia

ser uma fonte de surpresas. Respondendo a objeção *Bégouen*, dizia que o público não pode ser enganado pelo uso do nome social, porque o arquivamento do contrato é obrigatório, e continuava:

“Se i socii sono solidari, lo dichiara; se egli ha un sócio accomandante può anche nominarlo, purchè dichiarare quale é il conferimento di costui”.

Enfim procurava o legislador evitar qualquer confusão entre a sociedade em nome coletivo e a comandita simples e determinar a solidariedade entre os comanditados.

Esse entendimento parece ser o correto, ante o exposto, e em face da declaração contida na exposição com que a Comissão apresentou o projeto ao Governo Imperial.

“Estas considerações fizeram crer à Comissão que, atenta à posição excepcional do país e à falta de conhecimentos teóricos e práticos da ciência comercial, convinha introduzir no Código disposições preventivas, que guiassem o comerciante em todos os atos da vida comercial” (in “*Waldemar Ferreira, Tratado*”, Vol. I, pág. 94),

Como também do disposto no já citado art. 313.

Não há pois, Como se pôr em dúvida de que se trata da uma sociedade que é em comandita para as duas categorias de sócios, tendo os comanditados responsabilidade equivalente àquela que a lei atribui para os em nome coletivo, ou como escreve *Lyan-Caen et Renault*, “*Traité*”, vol. II, pág. 443, não há

“*deux sociétés juxtaposées, mais une société unique comprenant deux catégories d’associés tenus différemment des dettes sociales*”.

## IV

SUMÁRIO: O art. 312 do Código Comercial. O dec. 596 de 19-7-1896. O dec. 93, de 20-3-1935. A lei 4.726, de 13-7-1965 e o decreto que a regulamentou.

Outra disposição do Código Comercial, no que concerne à sociedade em comandita (não admitia a porções) e que não tem, seja dito, muito sentido, é a do artigo 312:

“Na sociedade em comandita não é necessário que se inscreva no Registro do Comércio o nome do sócio comanditário, mas requer-se essencialmente que se declare no mesmo Registro a quantia certa do total dos fundos postos em comandita.”<sup>5</sup>

E não tem muito sentido porque, entre outras razões, eram os próprios elaboradores do Código Comercial que afirmavam na sua exposição de motivos:

“A falta de publicidade dos contratos e outros atos mercantis tem sido a fonte de inumeráveis fraudes, que têm ocasionado a ruína dos credores de boa fé: para evitar isso fica criado o Registro do Comércio “(*in Waldemar Ferreira, “Tratado”, vol. I, pág. 95*).

E apesar disso inseriram no Código Comercial essa excrescência que é o artigo aludido. O porque da inserção é “em razão da natureza especial desta sociedade, em que somente são responsáveis os sócios ostensivos” (*T. Freitas, ob. cit., pág. 685*). Ressaibo histórico, talvez, dos institutos já estudados e que informaram a “Ordenance” de 1673?

A verdade, porém, é que seja qual fôr o motivo que levou o legislador a introduzir tal preceito, êle é de todo

---

(<sup>5</sup>) Entende o ilustre prof. *Ernesto Leme* que as dificuldades surgidas na interpretação do texto legal em aprêço, decorrem do fato de não atentarem os intérpretes ao disposto do artigo 58 do dec. 738, de 25-11-1850 e no dec. 6.384, de 30-11-1876.

inaplicável, pois esbarraria em obstáculos incontornáveis. Diz por exemplo, o art. 314 que “os sócios comanditários não podem praticar ato algum de gestão, nem ser empregados nos negócios da sociedade, ainda mesmo que seja como procuradores...” Se o nome do comanditário não consta do contrato e conseqüentemente do registro do comércio, como se efetivar a sua responsabilidade? Como se verificar se tal ou qual procurador da sociedade é comanditário ou não? *Mario A. Rivarola*, “Tratado”, pág. 279, lembra uma outra hipótese:

“En cualquier caso en que el aporte del comanditario no se hubiera hecho efectivo totalmente, la parte del capital en comandita no integrado es un activo social, y es un bien de la sociedade que debe ser previamente ejecutado, antes que los bienes particulares de los sócios, de acuerdo com lo previsto por el articulo 443 del Código de Comércio.

As dificuldades que se antolham são muitas e intransponíveis.

Note-se que *Carvalho de Mendonça*, no “Tratado”, vol. III, pág. 181, escreve, amparado em um aviso do Ministério da Justiça de 24 de agosto de 1877, “que a dispensa é da inscrição do nome no registro do comércio, e não dispensa da assinatura no contrato social, para que seja devidamente arquivado no registro do comércio” “Data venia”, não encontramos no Código Comercial amparo para tal interpretação que poderia se esforçar no art. 5º do Código Comercial, mas se esborroaria no art. 301 do mesmo diploma legal. Não existem dois registros de comércio distintos.

Depois, como anota *Waldemar Ferreira*, o contrato social tem de ser arquivado no Registro do Comércio e dêle (inciso I, do art. 302 do Cód. Com.) devem constar o nome de todos os sócios, na hipótese, comanditados e comanditários.



“É por arquivamento que o contrato se registra. Não haverá dessarte possibilidade de evitar a publicidade do nome do sócio comanditário, por ser isso efeito do registro”.

A solução que o ilustrado comercialista alvitra e que se tem praticado é a de nas publicações oficiais suprimir o nome “do comanditário, referindo apenas o valor dos fundos postos em comandita”(ob. cit., pág. 475).

Em hipótese alguma se poderá deixar de mencionar êsses fundos. Deve ser conhecido por todos.

O “quantum”, ensina *Bento de Faria*, Cód. Com. Brasileiro Anotado”, vol. I, pág. 388,

“da comandita, já fornecido ou a fornecer, deve ser declarado e publicado, não só para precisar a responsabilidade dos comanditários, como para exigir do sócio gerente a justificação do emprêgo dêsse capital (*Segovia*, “Crit. Del Cód.Com. Arg.”, vol. I, nota 1.373); e a omissão dessa indicação essencial não só impediria que os sócios pudessem provar o que a respeito ajustassem, como, em relação aos terceiros a sociedade passaria a ser considerada em nome coletivo, e sujeito a responsabilidade ilimitada o sócio qualificado de comanditário (*Houpin*, “Soc. Civ. e Com.” vol. I, n. 204).

A solução aventada pelo prof. *Waldemar Ferreira* é aquela permitida pelo dec. 596, de 19 de julho de 1896, em seu artigo 27, parágrafo terceiro:

“Não será arquivado na Junta contrato de sociedade em comandita sem assinatura do comanditário; omitindo-se, porém, o seu nome, quando assim o requeira na publicação respectiva e nas certidões”.

No mesmo teor os artigos 2.º e 27, § 1.º do regulamento a que se refere o dec. 93 de 20-3-35.

Não difere tampouco o disposto no inciso VI do art. 71 do decreto n. 57.651, de 19-1-1966, que regulamentou a lei n. 4.726, de 13 de julho de 1965.

Com tãda a sinceridade não vemos o alcance prático de tais disposições. A lei veda, quando requerida, às Juntas a expedição de certidões em que conste o nome do comanditário, mas não proíbe o exame do contrato social. As exceções devem ser interpretadas restritivamente. Dizem os hermeneutas. Logo, devemos entender que o que está proibido é a expedição da certidão, não o exame do documento, onde consta a assinatura e conseqüentemente o nome do comanditário. O registro do comércio tem carácter público, afirmava o citado regulamento do dec. 93 e tal condição jamais foi negada por quem quer que seja. O carácter distintivo do registro de comércio, como lembra *Marghieri* (“Dir. Com. Ital.”, pág. 242), é a publicidade .

Não vemos, em conseqüência, qual seja a vantagem, de carácter econômico, moral ou jurídico de tal permissão. As possíveis vantagens que poderiam oferecer aos comanditários, inexistem na prática. Os meios de inforção de que dispõe os credores nos dias atuais, tornam inútil qualquer precaução nesse sentido, mesmo porque, a lei veda sòmente, como já dissemos, a expedição de certidões. E ainda que proibisse o exame dos documentos, ainda assim, as vantagens de tal sistema seriam duvidosas, o bastante para não justificar essa exceção.

“As condições e garantias econômicos-jurídicas do contrato de sociedade” escreve com muito acêrto *José Tavares* (ob. cit., pág. 397), “inerentes ao atributo da personalidade que a lei lhe confere, impõe lógicamente a necessidade de as tornar, por uma forma pública e solemne, conhecidas de todos os terceiros interessados a publicidade convém às próprias sociedades, para lhes assegurar entre o público o crédito e a confiança necessária ao seu progressivo desenvolvimento, e é indispensável aos terceiros interessados, tanto àquêles que já tenham com os sócios relações jurídicas, para assegurarem os seus direitos, como àquêles que queiram vir a estabelecer, para

acautelarem seus interesses, tomando conhecimento do estado, capacidade e condições de existência da coletividade com quem contratam”.

Podemos dizer que o princípio que informou o art. 312 ainda subsiste, embora não em tôda a sua plenitude, na legislação atual, sem que alguém tenha dado uma justificação aceitável, seja no regime anterior seja no atual, especialmente se considerarmos que a sociedade em conta de participação satisfaz tôdas aquelas razões de ordem econômica e moral que alguns autores têm encontrado para tão esdrúxulo dispositivo.

Comentando disposição idêntica do Código Comercial Argentino, *Rivarola*, “Tratado”, vol. pág. 279, tem as seguintes candentes expressões, sôbre as quais devem meditar os nossos legisladores:

“...si no fuera para favorecer la malicia, qué fundamento puede tener na disposición del artículo 373 que exime de la inscripción el nombre del socio comanditario?”.

## V

### A POSIÇÃO JURÍDICA DO COMANDITADO

SUMÁRIO: A disciplinação legal. A gerência e conseqüências de seu exercício. Quem pode exercê-la? A delegação. A ordem de responsabilidade patrimonial. Exclusão e admissão de sócios.

Os quatro artigos que disciplinam a sociedade em comandita simples deixam bem claro que a gerência da sociedade só pode ser exercida pelo sócio comanditado, responsável ilimitadamente pelas obrigações, embora subsidiariamente conforme dispõe o art. 350 do Código Comercial. Deve-se notar que sendo mais de um sócio comanditado, a responsabilidade também é solidária.

Cabe, pois, a administração da sociedade ao sócio comanditado.

“Riservata agli accomandatari l'amministrazione della società, essi, nei limiti stabiliti dal contratto sociale, e nel suo silenzio, della legge, hanno diritto e facoltà di porre in essere tutti gli atti e le operazioni necessarie od utili al conseguimento dello scopo sociale”(Umberto Pipia, “Trattato”, vol. II, pág. 303).

Não é outro o ensinamento de Brunetti, “Trattato”, vol. I, pág. 579, em face da vigente legislação italiana, que inspirou, em muitos pontos a parte terceira do projeto do Código de Obrigações de 1965:

“La trattazione degli affari della società compete esclusivamente ai soci responsabili senza limitazione. Essi sono i soli autorizzati e obbligati all'amministrazione”.

Não é outra a regra que decorre do disposto nos arts. 1.183 e Parágrafo único do 1.184 do projeto do Código das Obrigações de 1965. E, em consequência, têm o uso exclusivo da firma ou razão social.

Aplicam-se ao sócio comanditado as mesmas regras a que estão sujeitos os sócios da sociedade em nome coletivo, em face do que dispõem os arts. 311 e 313, em sua para final. É a lição de Pipia:

“le norme specifiche stabilite in materia di società in nome collettivo...valgono anche per l'amministrazione dei soci accomandatari”(ob. cit., pág. 303).

Assim, entendemos que no silêncio do contrato, qualquer dos sócios comanditados pode usar da firma ou razão social, obrigando solidariamente os demais não comanditários e a sociedade perante terceiros, sempre que a firma fôr empregada em transações pertinentes ao objeto social, que, diga-se de passagem, não pode ser mudado sem a anuência de todos os sócios, sem qualquer exceção (art. 331 do Cód. Comercial).

Pelo abuso da razão social têm os demais sócios a ação de perdas e danos contra o abusador. E por parte de terceiro, também. A respeito, devemos lembrar aqui o saudoso prof. *Bento de Faria*:

“quando o gerente, a despeito da proibição contratual, aceitar títulos, arrendar, afiançar comprar para si ou para terceiros, usar a firma em negócios que não sejam da sociedade, a responsabilidade desta é indiscutível porque essas operações se desenvolvem e se realizam dentro das atribuições necessárias para alcançar o objetivo social” (“Do abuso da razão social” pág. 244).

Devemos salientar que da firma ou razão social só podem participar os sócios comanditados. Disciplina a espécie o § 2º do art. 3º do dec. 916, de 24 de outubro de 1890. Desde logo ficam excluídos de qualquer cogitação os nomes dos sócios comanditários. A firma social só pode ser composta com o nome ou os nomes dos sócios ilimitada e subsidiariamente responsáveis e, sendo mais de um, solidariamente responsáveis pelas obrigações sociais. A inserção do nome do sócio comanditário equipara-o juridicamente ao comanditado. O de pessoa estranha à sociedade implica, na forma do art. 306, em responsabilidade por todas as obrigações que forem contraídas de baixo da firma social.

Não podem os sócios gerentes usar da firma ou razão social em transações estranhas aos negócios designados no contrato, sob pena de sofrer a sanção prevista no art. 316 do Código Comercial. O que se pode entender, porém, por negócios designados no contrato? Dá-nos a interpretação correta o citado prof. *Bento de Faria*:

“...é expressão que se refere ao objeto da sociedade, o ramo de comércio ou indústria para que se organizou a sociedade, as operações convencionadas no contrato (ob. cit., pág. 242).

Lembra o mestre *Pardessus*, “Droit Commercial”, vol. III pág. 111, algumas hipóteses de responsabilidade do sócio gerente:

“L’associé gérant d’une société en commandita n’est pas plus que les membres d’une société en nom collectif à l’abri des action en exclusion fondées sur une mauvaise gestion, sur une infraction des statuts sociaux, ou sur toute autre cause légitime”.

Porém, além dos comanditados, quem pode exercer a gerência?

Um acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará, inserto no “Repertório de Jurisprudência do Código Comercial”, vol. 2, tomo 2, n. 303, pág. 711, relatado pelo des. *Olvio Câmara*, abonou lição de *Bento de Faria*, adimitindo que a gerência da sociedade tanto pode ser exercida por sócios como por estranhos.

“A gerência da sociedade tanto pode competir aos sócios como a estranhos, aplicando-se neste caso, as regras gerais do mandato e o gerente, assim nomeado, obriga a sociedade e os sócios, sem se obrigar pessoalmente, mas sujeito à destituição, e respondendo pela má gestão ( *V. Bento de Faria*, “Cód. Com.” ed. de 1903, nota 323, pág. 251).

*Eunápio Borges*, em seu “Curso”, pág. 277 é incisivo:

“A gerência da sociedade em comandita *só pode ser exercida*, pois um dos sócios de responsabilidade ilimitada. Por aquêles ou aquêles que o contrato designar. No silêncio do contrato, por qualquer dêles, vigorando para a sociedade em comandita o que dispõe o artigo 316 para as sociedades em nome coletivo”.

Do mesmo sentir é *Carvalho de Mendonça*:

“Não pode ser gerente pessoa estranha à sociedade. Esta tem a faculdade de nomear terceiro para seu mandatário, para seu preposto, nunca, porém, para lhe servir de órgão.”

Como se verifica do texto dos arts. 311 e 316 do Código Comercial, entre outros, não deixam margem a outra interpretação. É, porém, possível a delegação de funções, permitida expressamente pelo dec. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, que disciplinou as sociedades por quotas de responsabilidade limitada, senão dentro em o que estipula o art. 334 do Código Comercial, ou em outras palavras, a delegação só é possível com o consentimento unânime de todos os sócios, todos não apenas os sócios gerentes.

“Essa delegação”, ensina *Eunápio Borges*,

“consiste em fazer-se substituir o gerente social pelo delegado a quem o delegante confere a plenitude dos poderes que tem, na qualidade de representante legal da sociedade. Não se confunde com o mandato. Assim, do mesmo modo; que o gerente contratual não é mandatário da sociedade, mas órgão de representação legal – através e por meio da qual a sociedade se exterioriza e pratica, no âmbito do seu objeto social, todos os atos jurídicos que pode praticar uma pessoa física plenamente capaz – o gerente – delegado que substitui o delegante em todas as suas funções, atribuições e encargos, não é um mandatário nem do delegante nem da sociedade, mas, através da delegação, assume, com o lugar do delegante, as funções de órgão de sociedade no uso de cuja firma ou gerência fôr delegado”.

Deve-se notar que a delegação é possível, na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, ainda que o contrato social a proíba (art. 13). Não nos parece possível a delegação na sociedade em comandita, fora dos precisos termos do artigo 334 do Código Comercial. Em outras palavras: só pode exercer a gerência o sócio comanditado; só é possível a delegação da gerência com o assentimento unânime dos comanditados e comanditários.

Está, pois, com a boa doutrina, o projeto do Código das Obrigações de 1965 ao estabelecer no art. 1.179:

“A administração da sociedade compete exclusivamente a sócios e o uso da firma, nos limites do contrato, é privativo dos que tenham os necessários poderes”.

Qual, porém, a responsabilidade que assume o sócio gerente?

O sócio comanditado é um sócio, como já vimos, de responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais. Porém, subsidiária. E o que decorre do texto claro do art. 350 do Código Comercial.

Em face dessa disposição legal, qual seria a situação do comanditado perante os credores quando na sociedade houvesse comanditário ou comanditários que não tivessem integralizado a sua quota, ou em outras palavras, deveriam ser responsabilizados primeiramente os comanditários de os comanditados? A resposta é válida também para o projeto do Código das Obrigações supra referido, em face do que dispõem os arts. 1.182 e 1.161.

*Carvalho de Mendonça*, entende que:

“Constituída a sociedade em comandita simples respondem pelas obrigações sociais, em primeira linha, o patrimônio social e, em segunda linha, subsidiariamente:

a) os patrimônios dos sócios comanditados (sócios de responsabilidade ilimitada), e

b) a parte da quota ainda não realizada pelos sócios comanditários”. ( “Tratado”, vol. III, pág. 192, n. 758)<sup>(6)</sup>.

Pedimos licença para, nesse ponto, discordar do inexcusável comercialista. Primeiramente é preciso assinalar que não estamos de acordo com o seu magistério de que os comanditados e comanditários são solidariamente responsáveis pelas obrigações sociais ( “Tratado”, vol. III,

---

(6) Para nós, o grande comercialista brasileiro, estabeleceu, na hipótese, uma hierarquia, razão pela qual ousamos divergir do mestre.



n. 731), por entendermos que tal conclusão não decorre nem clara nem implicitamente da lei. Não marcou o legislador os comanditários com o vinco da solidariedade. Ao contrário, o que parece fluir do dispositivo legal é que cada comanditário é unicamente responsável pela sua quota (art. 311 ... não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato... art. 313 ... não são obrigados além dos fundos com que entram ou se obrigam a entrar para a sociedade...).

Se a lei não declarou expressamente como o fez os comanditados, é porque não quis estender a solidariedade aos comanditários. Portanto, em nosso parecer, não há solidariedade entre os comanditários e tampouco entre estes e os comanditados perante terceiros (Vide art. 1.182 do projeto do Cód. Obrigações de 1965).

*Paul Pic*, escrevendo no vol. I, de sua obra "Des sociétés commerciales", pág. 662 que:

"Le commanditaire se différencie essentiellement de l'associé en nom en ce qu'il n'est tenu de contribuer au passif social que jusqu'à concurrence de son apport, de telle sorte que'une fois son apport réalisé il est indemne, et doit échapper à toute poursuite, quelle que puisse être l'importance du passif social".

Torna-se, sem dúvida, um excelente supedâneo para a nossa posição.

Nem é outra a lição de *Bento de Faria*:

"Assim, a responsabilidade dos sócios comanditários é restrita ao valor da respectiva quota" (ob. cit., pág. 388).

Não diverge, *A Boistel*, "Précis".

"Même poursuivis par one action directe, les commanditaires ne seront pas solidaires, pas même jusqu'à concurrence de leurs mises; car cette solidarité n'a été établie par aucun texte. Ils seront seulement condamnés proportionnellement à leurs parts".

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que prometendo conferir determinada quota para a formação do capital social, não pode o sócio comanditário, como qualquer outro, arrepender-se. Face ao seu inadimplemento, à sociedade caberá escolher entre a sua exclusão ou responsabilizá-lo, na forma do artigo 289 do Código Comercial.

Podemos, em face do exposto, concluir que existe um direito, perfeitamente integrável no patrimônio social, ou em outras palavras, o direito que tem a sociedade de forçar o sócio a responder pelo que faltar para preencher a sua quota, que é parte integrante do patrimônio social. E é preciso não esquecer que o patrimônio da sociedade não se confunde com o do sócio (art. 350).

Assim, entendemos que não pode ser responsabilizado o comanditado, antes que sejam executados os bens sociais, inclusive a parte correspondente às quotas não integralizadas.

Ressalte-se que integralizada a sua quota por nada mais responde o comanditário, o que não acontece com o comanditado.

Repassados alguns aspectos da posição jurídica do comanditado, resta-nos finalmente falar da possibilidade de admitirem os comanditados um novo sócio, sem audiência dos comanditários, tal como acontece na legislação inglesa.

“El sócio comanditário”, escreve *Gella*, ob cit., pág. 109, “no puede oponer-se a que los gestores acuerdem admitir un nuevo sócio. Asi lo resuelve la legislación inglesa, y éste es el critério mas acorde com la naturaleza jurídica de la institucion que estudiamos”.

Em face da lei brasileira, não temos dúvida alguma em afirmar que tal não é possível, embora mais conforme com a natureza da comandita, pois o artigo 334 do Código Comercial Brasileiro não deixa a menor dúvida a respeito.

Não pode admitir, nem excluir. Aliás, o Código Comercial Brasileiro, fora da hipótese do art. 289, não permite a exclusão do sócio.

## VI

### A POSIÇÃO JURÍDICA DO COMANDITÁRIO

SUMÁRIO: A disciplinação legal. Os artigos 313 e 314 do Código Comercial. Restrições às atividades sociais do comanditário. Razões. A situação do comanditário no projeto de *Inglês de Souza* e no atual do Código das Obrigações. As proibições legais do art. 314 e as consequências de seu desrespeito. Direitos e obrigações dos comanditários.

A matéria está principalmente disciplinada nos artigos 313 e 314 do Código Comercial Brasileiro.

Do artigo 313 já tratamos em parte, pondo em relêvo o fato de que, para nós, não existe solidariedade entre comanditado e comanditário, bem como, não podemos aceitar, em face das disposições do Código Comercial, já citadas, e mais as dos artigos 330 e 287, a existência de um fundo comum que implicaria, segundo alguns autores, em uma responsabilidade solidária entre os comanditários.

Reporta-se o art. 313 ao artigo 828, pertencente à parte terceira do Código Comercial, “das quebras”, revogada pelo dec. 917, de 24 de outubro de 1890, que determinava:

“Art. 828. Todos os atos do falido alienativos de bens de raiz, móveis ou semoventes, e todos os mais atos e obrigações ainda mesmo que sejam de operações comerciais, podem ser anulados, qualquer que seja a época em que fôsssem contraídas, enquanto não prescreverem, provando-se que nêle interveio fraude em dano dos credores”,

em outras palavras: os sócios comanditários não seriam obrigados a repor os lucros que houvessem recebido. Similar é a situação no atual regime legal.

“Régulièrement”, diz *Namur* citado por *Bento de Faria* “les comptes des bénéfices et des pertes doivent être réglés chaque année lors de l’inventaire, et d’après la balance de ce compte et l’évaluation de l’avoir social est qu’on distribue des intérêts ou un dividend s’il y a lieu.

Lorsque le payement d’intérêts ou de dividendes a été fait de bonne foi et conformément aux bénéfices réalisés par la société, il constitue un droit définitivement acquis aux comanditaires et n’est pas soumis à rapport, quels que soient les événements ultérieurs, lors même que tout l’avoir social serait ensuite absorbé par des apertes” ( “Code de Com. Belge”, vol. II, n. 910)” (ob. cit., pág. 388).

Com razão está, pois, *Bento de Faria* (ob. cit., pág. 388), ao afirmar que: “salvo, portanto, os casos de dolo ou fraude, a responsabilidade do pagamento dos lucros indevidos cabe exclusivamente aos sócios solidários”, dado, é óbvio, que a êles competem a administração da sociedade e o levantamento do balanço. Havendo um só comanditado é óbvio que será o gerente, não se devendo falar então em sócio solidário como páginas atrás anotamos.

O atual projeto do Código das Obrigações, a par de texto semelhante, acrescentou um dispositivo, integrante de todos os códigos posteriores ao nosso, qual seja, o do parágrafo único do art. 1.186:

“Art. 1.186 – O sócio comanditário não é obrigado à reposição de lucros recebidos de boa fé e de acôrdo com o balanço.

Parágrafo único – Diminuído o capital social por perdas supervenientes, não pode o comanditário receber quaisquer lucros, antes de reintegrado aquêle”.

Veda terminantemente o art. 314 do Código Comercial ao sócio comanditário a prática de qualquer ato de gestão, nem

“ser empregados nos negócios da sociedade, ainda mesmo que seja como procuradores, nem fazer parte da firma social; pena de ficarem solidariamente responsáveis como os outros sócios; não se compreende, porém, nesta proibição a faculdade de tomar parte nas deliberações da sociedade, nem o direito de fiscalizar as suas operações e estado”.

“Assim, se não quiser incorrer em responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais, deve o comanditário evitar a prática de qualquer ato de gestão, ainda que aparente. Está o comanditário, seja-nos permitido dizer, a mesma posição em que a mulher de Julio Cesar. Não deve só ser honesta, deve parecer honesta.

Porém, não foi sempre assim. É o que nos diz *Pipia*: “Non é infatti costante che i soci capitalisti siano sempre stati tenuti lontani dalla gestione: questo fu un loro diritto ed una loro facoltà; ma non un loro dovere, almeno nei rapporti interni. Tanto é vero che non pochi contratti sociali dell’epoca intermedia, specialmente di Firenze e di Bologna, riconoscono al socio sovventore dei fondi il diritto intromettersi nella gestione, o perfino di trattare per la società. Fu solo il Codice francese del 1807, nonostante vivace opposizioni, che fissò il principio per cui” l’associé commanditaire ne peut faire aucun acte de gestion ni être employé pour les affaires de la société même en vertu de procuration”.

As razões que levaram o legislador a restringir de tal maneira a atividade social do comanditário, podem ser consubstanciadas nas seguintes palavras: impedir que

limitada a sua responsabilidade pudesse aventuar-se imprudente ou audaciosamente no comércio, amparado em um comanditadô sem recursos patrimoniais, prejudicando com isso terceiros de boa fé.

Alguns, porém, entendem que a proibição legal visa além da proteção de terceiros, a dos interesses sociais (Ver *Lyon-Caen et Renault*, ob. cit., pág. 469, n. 487). Conforme informa *Paul Pic* a jurisprudência francesa não acolheu essa orientação, entendendo que a lei visa unicamente, como já dissemos, proteger os interesses dos credores. Parece-nos esta a razão principal de tal proibição, especialmente se considerarmos, como lembra *Vivante* (vol.II, pág. 133), a pouca eficácia das formas de publicidade existentes, inclusive a decorrente do arquivamento do contrato social no registro do comércio.

Não se pode olvidar que na época prevaleciam as sociedades em nome coletivo, e as sociedades por quotas de responsabilidade limitada, fruto do gênio alemão, só surgiram posteriormente. Os serviços de informações inexistiam e a publicidade decorrente do arquivamento do contrato social no Registro do Comércio, então como hoje, era relativa. Poucos eram os que se valiam das facilidades e informações que tais registros podiam propiciar. Tal rigor, entretanto, foi amainado nas legislações que se sucederam. Permitiram-se certas atividades ao comanditário (art. 2.320 do Código Civil Italiano de 1942), inclusive ser procurador da sociedade, "com poderes especiais e para determinado negócio, como estabelece o parágrafo único do art. 1.184 do projeto do Código de Obrigações Brasileiro de 1965.

*Pipia* considerava sem qualquer fundamento o temor de que o comanditário possa comprometer a sorte da sociedade. Entendia que a comandita corre mais risco com a atividade do comanditado. Destituída de valôr é a razão alegada por alguns, de que terceiros possam ser iludidos contratando com um comanditário, porque

“per obbligare la società é indispensabile usare la ragione sociale: e l’uso di questa é aperto ed efficace ammonimento che chi contratta intende obbligare, non sé stesso personalmente, ma la persona giuridica del cui simbolo si vale. Del resto, dacchè è imposta una minuta pubblicità legale, da cui devono risultari i limiti della responsabilità legale, da cui devono risultari i limiti della responsabilità di ciascun socio, il terzo contraente é sempre posto in grado de conoscere agevolmente quale sia la responsabilità personale del socio che si è presentato a lui por trattare a nome della società”.

As razões expostas pelo mestre peninsular, têm inteira procedência, vamos dizer assim, teòricamente, pois a prática tem demonstrado que isso não acontece especialmente em países como o nosso em que a facilidade de comunicações ainda é meta a ser atingida, com exceções de poucos Estados da Federação.

De qualquer maneira, a disposição legal inserida no Código Comercial é taxativa. Como já dissemos, Códigos mais modernos a tem suavizado, mas elas subsistem na sua essência e evidentemente têm um destino certo: os interesses daqueles que tratam com a sociedade. Proteger os interesses de terceiro, evitar que eles sejam fraudados. E a norma, como acentua *Brunetti*, “ha natura cogente” ou seja, não pode ser modificada pela vontade das partes, é obrigatória.

A nossa legislação mercantil, como tôdas as outras que a antecederam e que a sucederam, estabelece de maneira determinada, mas imprecisa conceitualmente, aquilo que o comanditado pode fazer sem infringir a disposição legal e aquilo que lhe é proibido realizar, sob pena de incorrer em responsabilidade solidária pelas obrigações sociais.

Tanto a nossa lei, como o projeto *Inglês de Souza*, como o atual projeto do Código das Obrigações, não pre-

cisam a partir de que momento os comanditários, por infringir a lei, assumem condição jurídica equivalente aos comanditados. Serão responsáveis solidariamente por todas as obrigações sociais existentes? Ou só por aquelas infringentes da disposição legal? Ou em outras palavras, se um comanditário empregar a sua atividade em negócios sociais ele deve ser considerado responsável por todas as obrigações sociais, por todas aquelas posteriores ao seu ato ou somente em relação àquelas obrigações que assumiu? A omissão da lei levou a doutrina e a jurisprudência a entenderem que o desrespeito à proibição legal, tornava o comanditário responsável, como o comanditado, solidariamente pelas obrigações, sem quaisquer restrições. Outros entendiam que essa responsabilidade só envolveria as obrigações decorrentes dos atos e posteriores. Assinalavam que se a razão da proibição estava na proteção dos interesses de terceiros, que tratassem com a sociedade, não se justificaria que se abrangessem as obrigações onde esses interesses não foram prejudicados, ou em outras palavras, o comanditado não responderia pelas obrigações anteriores à sua, só seriam beneficiados com a solidariedade os credores imediatos e posteriores ao ato. Não faltaram aqueles que defenderam a restrição dos efeitos da disposição legal quando o comanditado praticava apenas um ato a esse ato, ou seja, seria responsável solidariamente apenas em relação ao outro interveniente no ato.

Ao nosso parecer, a lei não foi omissa como afirma *Bento de Faria* (Cód. Com. Anotado", vol. I, pág. 391). É, aliás, muito clara:

"pena de ficarem solidariamente responsáveis COMO os outros sócios", (grifo nosso), evidentemente os comanditados.

O que a lei deixou transparecer é que a prática, ainda que de um só ato de gestão, implica numa equiparação ao sócio comanditado, de molde que se forem dois sócios,



teremos, juridicamente, uma sociedade em nome coletivo e não uma comandita. Não há que cogitar de quando começa a responsabilidade do comanditário, por desrespeito à proibição legal. Êle passa a ter uma situação jurídica equivalente ao do comanditado, como se em tal situação tivesse ingressado na sociedade, ou melhor dizendo, a prática de um ato que seja de gestão, ou referente à qualquer das hipóteses previstas em lei, tem como consequência ser o comanditário considerado, legalmente, como se fôsse um sócio comanditado, desde a constituição da sociedade.

No direito moderno já não existe a mesma severidade, embora como no direito anterior, é sempre difícil estabelecer

“la mesure precise des actes interdits au commanditaire...n'est pas moins très delicate a tracer” (*Paul Pic*, “Des sociétés”, pág. 683).

Ou como quer, o mesmo ilustre autor francês:

“La liste des actes prohibés s'allongue ou se restreint suivant le mobile determinant de la disposition legale. Or, sur ce mobile, règne une certaine incertitude”.

Assim, tomando o texto legal, e tendo em vista as dificuldades acima expostas, podemos afirmar que no direito brasileiro o comanditário pode perder a sua condição de sócio de responsabilidade limitada por três modos:

- a) praticando atos de gestão;
- b) empregando-se nos negócios da sociedade, ainda que como simples procurador;
- c) permitindo que seu nome conste da firma ou razão social.

Vejamos as três hipóteses, na ordem em que foram alinhadas, procurando primeiramente precisar os conceitos, a fim de não incidirmos na censura dos mais doutos,

atribuindo ou restringindo direitos e obrigações do comanditário, não sancionados pela lei.

“As circunstâncias particulares, apreciáveis em cada espécie, constituem, por assim dizer, o critério pelo qual deverá guiar-se o Juiz.

Todavia, como não se deve dar demasiada extensão à proibição legal, de modo que prejudique os legítimos interesses do comanditário ou lhe tolha o exercício de direitos que devem ser respeitados, os tratadistas são mais ou menos acordes em estabelecer certas regras gerais indicativas dos atos que podem ser praticados pelos comanditários” (*Bento de Faria*, ob. cit., pág. 388).

Em razão disso, alguns autores têm dividido tais atos em internos e externos.

“Interni, quelli che, dovunque o comunque si compiano, non determinano alcuna relazione giuridica fra la società e i terzi. Esterni, quelli che, dovunque o comunque si compiano, determinano invece fra società e terzi alcuna relazione giuridica” (*Vidari*, “Corso”, vol. I, pág. 637).

Os atos externos são terminantemente proibidos. A prática de qualquer deles implica em responsabilidade ilimitada para o comanditário. Os atos internos não acarretam tal consequência, pois entendem-se permitidos, caso não sejam vedados pelo contrato social.

Porém, pondera *Lyon-Caen e Renault*:

“Selon nous, san qu’il y ait lieu de s’attacher exclusivement à la distinction entre les actes de gestion intérieure et les actes de gestion extérieure, les commanditaires ne doivent faire, ni des actes pouvant faire croire aux tiers qu’ils son commandités, ni même tous autres actes purement intérieurs impliquant qu’ils ont une influence décisive sur le marcha des affaires sociales”(ob. cit., pág. 474, n. 496).

Difícil, pois, estabelecer-se um critério distintivo que possa satisfazer tôdas as possibilidades legais. Vejamos,

pois, dentro em os limites da lei brasileira alguns atos permitidos e aqueles que são vedados. Devemos, entretanto, convir que as razões que informam tais proibições não têm um fundamento válido, são mais imaginárias que reais. Talvez há um século atrás tivessem tais proibições razões de ser, embora o comércio mais limitado permitisse uma fiscalização, se assim podemos dizer, direta, mais eficiente. Não se pode negar que nunca, como nos dias atuais, o comerciante teve em suas mãos tão numerosos e tão eficientes meios de informação, seja através de jornais e revistas especializadas, seja por associações de classe ou serviços próprios, como o serviço de proteção ao crédito, agências de informações, etc.

Quem negocia sem tomar as cautelas mais elementares, ou é um imprudente ou um néscio. Num e noutro caso, não encontramos motivos para a lei tutelar-lhe os interesses.

Por isso não nos parecem procedentes os argumentos de *Lacour & Bouteron*, "Précis", pág 233:

"...dans le commerce, les affaires se traitent trop rapidement pour qu'on puisse toujours faire de recherches préalables dans le journaux d'annonces légales; on est excusable de s'en tenir aux apparences, et il est préférable que la loi prévienne toute équivoque".

Mas a lei existe e não podemos ignorá-la, ainda que por amor à razão, impunemente. E por isso tem razão *Lyon-Caen e Renault* quando afirmam que:

"Les commanditaires, non seulement ne peuvent pas être gérante, mais ils ne peuvent même pas faire des actes isolés de gestion" (ob. cit., n. 487).

Um, dois ou dez atos de gestão. Não importa. Qualquer que seja o seu número implica em responsabilidade solidária pelas obrigações sociais. Há autores que pretendem que quando se trata de um só ato perfeitamente caracterizado, deva o comanditário responder solidária-

mente só nesse caso, sem entender a sua responsabilidade em relação aos demais credores. Tal entendimento não tem a menor aplicação no direito brasileiro, dados os termos claros do art. 314 do Código Comercial (... ato algum de gestão...).

Porém, o que devemos entender de gestão? A lei não deu uma definição, deixando à jurisprudência e à doutrina tão ingrata tarefa. Estabelecer os seus limites, não é fácil, e constantemente tem sido fonte de injustiças e surpresas.

Alguns dão um sentido lato ao ato de gestão. Consideram ilícita qualquer forma de ingerência do comendatário na administração, ainda que internamente. Outros menos rigorosos admitem a divisão já exposta de atos internos e externos.

“Atos de gestão são atos de gerência, de direção imediata, de administração direta”, decidiu o Juiz *Gumerindo Taborda Ribas*, em sentença publicada na “Rev. de Direito”, vol. XIV, pág. 387 e no “Rep. de Jur. do Código Comercial”, de *Darcy Arruda Miranda Junior*, vol. II, tomo II, pág. 703).

*Registra Orlando de Araújo Costa* “Códg. Com.”, pág. 167, interessante acórdão da Relação da Côrte, de 3-9-1988, publicado na revista “Direito”, vol. 17, pág. 315, onde se deu uma extensão maior à locução ato de gestão:

“Importam atos de gestão – admissão de caixeiros – direção de negócios durante a moléstia de outro sócio – retirada de dinheiros – intervenção na escrituração do estabelecimento”.

Poderíamos acrescentar a relação dada pelo Tribunal Imperial, com mais alguns atos considerados, pacificamente, se assim podemos dizer, como de gestão, valendos-nos mais uma vez de Namur, citado por *Bento de Faria* (“Cód. Com. Anotado”, vol. I, pág. 390):

“Ainsi, celui qui achète ou vend des marchandises au nom de la société, qui emprunte ou souscrit des lettres de changes pour elle, ou que la représente dans une marché quelconque, fait incontestablement des acts de gestion”.

Para nós, é todo o ato suscetível de criar direitos e obrigações para a sociedade. Há os que preferem a lição inteligente de *Navarrini*:

“Io credo che, stando adrenti ai motivi soprammentati, che hanno ispirato il legislatores nella formulazione dell’articolo, e nel medesimo tempo rendendo omaggio alle espressioni della legge le quali, como vedremo, possono – per fortuna – permettere una ragionevole latitudine d’interpretazione, il principio si possa formulare così:

“È ilecito per l’accomandante ogni atto che produza diritti ed obbligazioni alla società, o per mezzo del quale venga direttamente o indirettamente determinato o provocato lo svolgimento della speculazione sociale” (ob. cit., pág. 389).

Como se vê, é difícil precisar todos os atos de gestão, esclarecendo ao mesmo tempo quais os que assim não devem ser considerados. Ao prudente critério do juiz, uma vez que essa responsabilidade ilimitada do sócio comanditário só pode ser efetivada judicialmente, apreciando os fatos, deve ficar a determinação do que seja ato de gestão. Critério que para muitos será perigoso, por ser fonte de surpresas. Porém, que outro poderia ser adotado sem incidirmos na mesma censura? Dos males o menor.

Porém, a ingerência do comanditário na administração, não basta ser alegada.

Não é suficiente sequer a possibilidade dessa ingerência, como lembra o saudoso *Spencer Vempré*, “Tratado”, vol. I, pág. 439. É preciso que ela tenha realmente ocorrido (Vide também Acórdão da 4ª Câmara do Tribu-

nal de Justiça de São Paulo, in “Repertório” citado, n. 296).

Deve ser provada por quem alega, seja através de documento, seja mediante prova testemunhal.

“A prova testemunhal é sempre admissível”, ensina *Bento de Faria*, ob. cit., pág. 391, “para provar que o comanditário praticou atos de gestão ou por qualquer forma teve ingerência nos negócios da sociedade (*Namur*, “Cód. Com. Belge”, vol. 2, n. 918; *Vavasasseur* “Soc. Civ. et Com.”, vol. I, n. 304; *Delvincourt*, “Inst. de Droit Com.”, vol. II, pág. 50, nota 5; *Delangle*, op. cit., vol. I, n. 401; *Lyon-Caen et Renault*, “Tr. de Droit Com.”, vol. II, n. 498; *Namur*, “Cod. Com. Belge”, loc. cit.; *Dalloz*, “Rep.”, V. Societé, ns. 1.352 e seguintes)” – (ob. cit., pág. 391).

Há autores, como *Vivante*, que entendem que certas atividades na sociedade não estão proibidas ao comanditário e em consequência o seu exercício não implica em responsabilidade ilimitada pelas obrigações sociais. Entende aquele ínclito mestre italiano que os chamados sócios capitalistas:

“podem ser empregados na direção interna da sociedade, por exemplo, da escrituração, na guarda dos armazéns, sem perderem o benefício da responsabilidade limitada. Isto compreende-se atendendo a que por esta forma eles não tratam com terceiros, e não se dá o perigo de que êstes possam julgar que é ilimitada a responsabilidade do sócio comanditário, vendo-o tratar dos negócios sociais” (“Instituições de Direito Comercial”, trad. portuguesa, pág. 86).

Mais incisivo ainda é o aludido autor em seu “Trattato”:

“Benchè le registrazioni fatte dal commesso contabile nei libri sociali si considerino come fatte dall’amministratore (art. 48), tuttavia l’accomandante ragioniere non perde il beneficio della responsabilità li-

mitada, perchè non sono le annotazioni che producono diritti ed obbligazioni alla società, ma gli affari stipulati dal gerente, di cui i libri porgono semplicemente le prove”.

Seria válido tal raciocínio em relação à vigente legislação. No que se refere ao atual projeto do Código das Obrigações, art. 1.184, não temos dúvida em dar uma resposta afirmativa. E em relação ao disposto no art. 314? A resposta não ofereceria dificuldade não fôsse a frase inserida no texto legal (...ato algum de gestão, *nem ser empregados nos negócios da sociedade*).

“Le code 1807, em défendant au commanditaire (ancien art. 27) “d’être employé por les affaires de la société”, donnait a croire qu’il était impossible de cumuler la qualité de commanditaire et celle d’employé à un titre quelconque de la société” (*Lacour-Bauteron*, ob. cit., pág. 236).

Não se pode tirar outra ilação do texto legal, embora tal restrição no moderno direito não tenha mais sentido. Tanto assim, que o legislador francês, há mais de um século, percebendo as dificuldades que tal frase causava, a sua nenhuma razão de ser, suprimiu-a, de modo a que

“... on ne saurait aujourd’hui contester au commanditaire le droit de remplir, aux service de la société, toute espèce de fonctions subalternes, même celles Qui le mettraient en rapport avec les tiers (préposé aux ventes, commis-voyageur, etc.), pourvu qu’il se présent on qualité, non de gérant ou de fondé de pouvoirs, mais d’employé ou de commis, placé sous les ordres et la direction du gérant. Ces deux situations sont trop manifestement différentes, pour que les tiers courent le danger d’une confusion” (*Lacour-Bouteron*, ob. cit., pág. 236).

Não pode, entretanto, esta última lição ser acolhida em nosso direito. A frase “nem ser empregados nos negócios da sociedade” tem um sentido amplo, que admite

perfeitamente a exclusão do comanditário de qualquer atividade social, seja como mero empregado, seja como guarda de armazém, seja como responsável pela contabilidade, etc. Em sentido contrário, existe um acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (Vide “Repertório”, n. 295).

Assim, se nos ativermos estritamente ao texto legal, não poderemos dar outra resposta que a negativa, ainda que a possamos considerar um anacronismo, que não tem outra justificativa que a legal e totalmente incompatível com as modernas tendências do direito comercial.

Certa, considerando a lei, e, pois, a lição de *Bento de Faria*, ob. ci., pág. 390:

“Não pode o comanditário ocupar na sociedade qualquer emprêgo, como: guarda-livros, caixa, caixeiro, despachante: enfim, nos têrmos absolutos da lei, a limitação da sua responsabilidade é incompatível com qualquer ocupação que tenha por objeto negócios sociais, ainda mesmo que trate dêles de acôrdo com as ordens ou instruções recebidas do sócio gerente e como procurador dêste.”

Esta proibição não subsiste mais no direito francês, no belga, italiano, suíço e português (Vide Pic, ob. cit. n. 530).

A nosso ver, o comanditário não poderá mesmo sem ser empregado, escrever em quaisquer dos livros da sociedade, por isso que importa ato, cuja prática é reservada aos sócios responsáveis, ou seus empregados.

As proibições não se limitam às já estudadas. Está também o comanditário impedido de figurar na firma ou razão social. Só é permitida a inserção do nome dos sócios ilimitadamente responsáveis... (dec. 916/1890). A violação do dispositivo legal implica na perda da responsabilidade limitada por parte do comanditário.



Também lhe é vedado ser procurador da sociedade, seja em caráter especial, seja em caráter geral, ou em outras palavras, não podem ser procurador, ainda que como poderes especiais e para negócios determinados, como o permite o parágrafo único do art. 1.184 do projeto do Código de Obrigações de 1965. Tal disposição que é encontrada nos Códigos mais novos que o nosso, constitui um abrandamento, que abre praticamente as portas da administração social ao comanditário, pois nada impede que sejam tantas as procurações quantos sejam os negócios determinados. As dificuldades práticas que possam existir não ilidem a assertiva.

Como leciona *Paul Pic*:

“Celle-ci (la loi), em interdisant la procuration, va même, simple-t-il, jusqu'à prohiber des interventions tout à fait accidentelles, telles que la délégation de signature, pour un jour ou deux, par le gérant empêché á un commanditaire” (ob. cit., pág. 683).

Ponto importante que não pode deixar de ser ventilado é o seguinte: A simples outorga da procuração, sem que o comanditário pratique qualquer ato como mandatário, importa na perda da responsabilidade limitada? Constitui infração do dispositivo legal?

Para nós a resposta é negativa. A lei fala em “procuradores”, não “em ser constituído procurador”, o que nos dá a idéia nítida que ela exige execução ou prática de certos atos para que possa ser responsabilizado o comanditário. “Procurador”, ensina *Plácido e Silva*, no seu “Vocabulário Jurídico”, pág. 1.232, “em sentido geral designa toda pessoa que trata ou administra negócios de outrem, em virtude de mandato escrito, que lhe foi conferido pelo mesmo.”

O Acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará, registrado no “Repertório” citado, n. 288, parece abonar o nosso ponto de vista:

“Além disso foi passada uma procuração pública, ao mesmo contestante concedendo-lhe amplos poderes para gerir e praticar atos expressos de gestão. Não pode haver dúvida quanto à aceitação do mandato, visto que vários negócios foram praticados por intermédio do réu...”

Outro ponto, que não deve ser esquecido, é a quem aproveita a perda da responsabilidade limitada comanditário? *Bento de Faria* entendeu, apoiado em diversos autores alienígenas (ob. cit. pág. 391), que aproveita a terceiro e também aos comanditados. “Data Venia”, parece-me que não. Os atos que importam na responsabilidade ilimitada do sócio comanditário não podem ser praticados sem a cumplicidade direta ou indireta dos comanditados. Não é possível que os mesmos se beneficiem da própria torpeza. E nesse sentido decidiu um acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal inscrito no referido “Repertório”, pág. 695, n. 290:

“Só os terceiros podem alegar contra o comanditário a prática de atos de gestão para aplicação de pena do art. 314 do Código Comercial.”

Enfim, quais os atos que o comanditário pode praticar sem incorrer em tão terrível sanção?

A resposta está no texto do art. 314 do Código Comercial: “não se compreende, porém, nesta proibição a faculdade de tomar parte nas deliberações da sociedade, nem o direito de fiscalizar as suas operações e estado” (art. 290).

“Os atos de simples vigilância, de fiscalização, os conselhos e pareceres são permitidos ao comanditário e não constituem motivos para que êle perca a sua qualidade na sociedade”, decidiu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em acórdão transcrito sob o n. 290 no já referido “Repertório.”

Entre os direitos dos comanditários supra referidos estão sem dúvida, aquêles que *Brunetti* menciona em sua obra já citada, pág. 583, quais sejam:

“di aver comunicazione annuale del bilancio e del conto profitti e perdite, de controllarno l'esattezza consultando i libri e idocumenti della società”.

Sòmente que êsses direitos, contidos no art. 290 do Código Comercial, podem ter o seu exercício, convencionalmente, limitado à época ou épocas prèviamente fixadas no contrato social.

E continua o professor italiano:

“Che cosa significa aver comunicazione? Certamente aver copia del bilancio e del conto profitti e perdite”.

E se o balanço não estiver em ordem, os livros não estiverem devidamente escriturados?

Os sócios comanditários não estão impedidos de solicitar dos sócios gerentes todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, bem como de exigir completa prestação de contas. Negados aquêles ou êstes, ou sendo insuficientes, podem os sócios capitalistas pleitear a dissolução da sociedade, ainda que o contrato seja por prazo determinado, na forma do inciso 3.º do art. 336 do Código Comercial.

Devemos notar que também não constituem atos de gestão ou administração aquêles relativos à constituição, transformação, incorporação, fusão ou alteração da sociedade. Leciona o mesmo *Brunetti*:

“Le deliberazioni di modificazione nel contratto sociale, sul modo di calcolare e ripartire i guadagni e le perdite, sulle modalità confezione del bilancio, sulla nomina e il conferimento di poteri ai liquidatori, etc. dovranno essere prese col consenso unanime di tutti i soci a meno che nel contratto si stabilito diversamente” (*Brunetti*, ob. cit., pág. 584).

E vai mais longe o mestre italiano:

“...e pareri per determinate operazioni non implica punto imistione nell’administrazione perché il voto consultivo non vincolagli accomandatari. Il diritto pressuppone sempre la piena libertà degli amministratori di seguire o meno quel voto”.

Deve-se anotar que a relação dos atos permitidos aos comanditários, elaborada pelo prof. *Spencer Vampré* consta o “de dar pareceres, e conselhos, aos gerentes, co tanto que não assumam o caráter de atos imperativos” (ob cit., pág. 440).

Nada impede também que o comanditário seja o liquidante da sociedade. A proibição legal não se estende à fase da liquidação, que constitui a fase agônica da sociedade. Não há possibilidade de novas obrigações. A obrigatoriedade da cláusula “em liquidação” afasta qualquer possível confusão que pudesse tal situação causar a terceiros.

Como escreve *Vivante* ob. cit. pág. 136:

“... il divieto scritto nella legge per la fase della società non può, in ispecie se si considera l’indole proibitiva e penale della disposizione, estendersi ad un’altra fase, in cui la società già disciolta è notoriamente in stato di liquidazione ed è regolata da un complesso di norme per se stanti, raccolte in un’apposita sezione del Codice, dove quel divieto non trova il piu lontano richiamo”.

No mesmo sentido pontifica o prof. *Vampré*:

“ser nomeados liquidantes da sociedade dissolvida, visto como a proibição de administrar pressupõe a sociedade existente”.

Não importa, outrossim, em ato que implique a perda da responsabilidade limitada, qualquer negociação entre o comanditário e a sociedade, ou em que sirva de intermediário.

É a lição de *Vivante*, “accomandante può altresì come mediatore interporsi per agevolare la conclusione degli affari della società com altre persone, e contrattare liberamente com essa como um terzo qualsiasi”.

Repetida expressamente por um acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

“Não constituem gestão proibida o atos que o comenditário praticar como mediador, pondo a sociedade em contacto com outras pessoas; nem tão pouco, lhe é vedado contratar com a sociedade como qualquer terceiro” in “Repertório”, (citado, n. 293).

Não discrepa *Escarra*, “Traité”, vol. L., pág. 387:

“Il o comenditário conserve le droit de contracter avec la société pour son compte personnel”.

\*\*

\*\* \*\*

No presente trabalho estudamos apenas alguns dos aspectos da sociedade em comandita simples, que nos pareceram mais interessantes. Esta sociedade que tem paralelo no mais antigo dos direitos e que gozou de extraordinário fastígio, decaiu com o aparecimento da sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Porém, mais por sua disciplinação estrita, do que por desinteresse dos comerciantes, pois o sócio comenditário é o sócio de responsabilidade limitada, por excelência, já que não responde além de sua quota e o comanditado, por sua condição oferece maiores garantias aos seus credores. Para os sócios e para terceiros, a sociedade em comandita simples é em muitos pontos superior à revigorada sociedade em conta de participação, sendo aquela, segundo alguns autores, uma exteriorização desta. Acreditamos que a nova disciplinação dada pelo projeto do Código das Obrigações, mais restrita que o seu modelo, o Código Ci-

vil Italiano, mas sem dúvida superior à dada por nosso vetusto diploma mercantil, que se inspirou em modelos que já não refletiam as conquistas doutrinárias da época, teremos um ressurgimento da sociedade em comandita simples, permitindo “al proveedor de capital en la empresa com cierta titularidad, y obtener utilidades, sin exponerse a la responsabilidad ilimitada, y restringiendo las perdida a la aportación prometida” *Mossa*, (“Derecho Mercantil” trad. esp., pág. 124, vol.I).

Do exposto podemos tirar algumas conclusões.

## VII CONCLUSÕES

1 – O sócio comanditário não é necessariamente um sócio solidário.

2 – O sócio comanditário não é um simples mutuante.

3 – Não é obrigatória a participação de um sócio comanditado comerciante, uma vez que quem exerce o comércio é a sociedade, pessoa jurídica, e não o sócio.

4 – Podem fazer parte da sociedade quer pessoas físicas quer jurídicas.

5 – Não é a sociedade em comandita simples uma sociedade bifronte ou jano mas, um tipo societário com estrutura jurídica distinta das demais sociedades.

6 – Não existe solidariedade entre os comanditários e os comanditados, nem entre estes últimos e em consequência, o comanditário responde somente pela quota que prometeu conferir.

7 – Só o sócio comanditado pode exercer a gerência, sendo entretanto lícito delegá-la com o consentimento unânime de todos os sócios.

8 – Aplicam-se aos sócios comanditados tôdas as disposições relativas ao sócio da sociedade em nome coletivo.

9 – A inscrição do nome do comanditário no Registro do Comércio não é facultativa; é obrigatória, estando revogado o art. 312 do Código Comercial.

10 – A prática de um só ato de gestão por parte do comanditário importa na perda de sua responsabilidade.

11 – A responsabilidade do comanditário perante terceiros pela prática de atos vedados pelo art. 314 do Código Comercial é por tôdas as obrigações sociais e não somente por aquelas das quais participou.

12 – Não sendo aceita pelo comanditário, a simples outorga de procuração não implica em responsabilidade limitada pelas obrigações sociais.

13 – O comanditário não pode ser empregado ou procurador da sociedade, figurar na firma social, sob pena de perder a sua responsabilidade limitada.

14 – Ocorrendo a responsabilidade ilimitada do comanditário, esta só aproveita a terceiros.

15 – Não constituem atos vedados aos comanditários, os referentes à constituição, transformação, fusão, incorporação a alteração da sociedade; os de mediação, os de simples vigilância, os de fiscalização e nem lhe é proibido dar pareceres, conselhos ou negociar com a sociedade; pedir prestação de contas, pleitear a dissolução da sociedade e ser seu liquidante.

## OBRAS CONSULTADAS

1 – *Waldemar Ferreira*, “Tratado de Direito Comercial”, ed. Saraiva – S. Paulo.

- 2 – *J. X. Carvalho de Mendonça*, “Tratado de Direito Comercial Brasileiro”, 5ª ed., Liv. Freitas Bastos, 1954 – Rio de Janeiro.
- 3 – *Cesare Vivante*, “Trattato di Diritto Commerciale”, 5ª ed., Ed. Francesco Vallardi, 1935 – Milão.
- 4 – *A. Boistel*, “Précis de Droit Commercial”, 3ª ed., Ed. Ernest Thorin, 1888 – Paris.
- 5 – *Spencer Vampré*, “Tratado Elementar de Direito Comercial”, Ed. F. Briguiet & Cia. – Rio de Janeiro.
- 6 – *Ageo Arcangeli*, “La società in Accomandita Semplice”, Ed. Fratelli Bocca 1903.
- 7 – *José Tavares*, “Sociedades e Emprêsas Comerciais”, 2ª ed., Ed. Coimbra Ltda., 1924 – Coimbra.
- 8 – *Mario A. Rivarola*, “Tratado de Derecho Comercial Argentino”, Ed. Compañía Argentina de Editores, 1938 – Buenos Aires.
- 9 – *Antonio Bento de Faria*, “Código Comercial Brasileiro Anotado”, 3ª ed., E. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920 – Rio de Janeiro.
- 10 – *Umberto Pipia*, “Tratado di Diritto Commerciale”, Ed. Utet, 1914 – Torino.
- 11 – *Teixeira de Freitas*, “Aditamentos ao Código do Comércio”, Ed. Perseverança, 1878 – Rio de Janeiro.
- 12 – *Salustiano Orlando de Araújo Costa*, “Código Comercial do Brasil, 5ª ed., Ed. Laemmert & Cia., 1896 – Rio de Janeiro.
- 13 – *Ercole Vidari*, “Corso di Diritto Commerciale”, 5ª ed., Ed. U. Hoepli, 1900 – Milão.
- 14 – *Augustin Vicente y Cella*, “Introducción al Derecho Mercantil Comparado”, Ed. Labor S/A – Barcelona.
- 15 – *Levin Goldschmidt*, “Storia Universale del Diritto Commerciale”, trad. italiana, Ed. Utet, 1913 – Torino.



16 – *Josephus Laurentius Marias de Casaregis*, “Discursos Legales de Commercio”, 2ª ed., Ed. Balleoniana, 1740 – Veneza.

17 – *G. Endemann*, “Manuale di Diritto Commerciale, Maritimo, Cambiário” (trad. italiana), Ed. Nicola Jovene & Cia. 1897 – Nápoles.

18 – *Rodolfo Calamandrei*, “Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, Utet, 1884 – Torino.

19 – *José da Silva Lisboa*, “Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha”, 6ª ed., Ed. Tip. Acadêmica, 1874.

20 – *Antonio Azara e Ernesto Eula*, “Novíssimo Digesto Italiano”, Ed. Utet, 1959 – Torino.

21 – *Lorenzo Mossa*, “Derecho Mercantil” (trad), Ed. Uteha Argentina, Buenos Aires.

22 – *João Eunápio Borges*, “Curso de Direito Comercial Terrestre”, 2ª ed., Ed. Forense, 1964 – Rio de Janeiro.

23 – *Darcy Arruda Miranda Junior*, “Repertório de Jurisprudência do Código Comercial”, Ed. Max Limonad, 1960 – São Paulo.

24 – *Paul Pic*, “Des Sociétés Commerciales”, 2ª ed., Ed. Rousseau & Cie., 1925 – Paris.

25 – *Jean Escarra, Edouard Escarra e Jean Raul*, “Traité Théorique et Pratique de Droit Commerciales” “Les Sociétés Commerciales”, Ed. Lib. Rec. Sirey, 1950 – Paris.

26 – *Leon Lacour e Jacques Bouteron*, “Précis de Droit Commercial”, 3ª ed., Ed. Lib. Dalloz, 1925 – Paris.

27 – *De Plácido e Silva*, “Vocabulário Jurídico”, 1ª ed., 1963, Ed. Forense – Rio de Janeiro.

28 – *Luiz da Cunha Gonçalves*, “Comentário ao Código Comercial Português”, Ed. J. B., 1914 - Lisboa.

29 – *Paul Huvelin*, “Études D'Histoire du Droit Commercial Romain”, Ed. Lib. Rec. Sirey, 1929 – Paris.

- 30 - *Alonso Caldas Brandão*, “Comentários à Lei do Registro do Comércio”, Ed. Mabri, 1966 – Rio de Janeiro.
- 31 - *Washington de Barros Monteiro*, “Curso de Direito Civil”, 2ª ed., 1962, Ed. Saraiva – São Paulo.
- 32 - *Alberto Marghieri*, “Il Diritto Commerciale Italiano”, 2ª ed., 1886, Ed. Ricardo Marghieri, Nápoles.
- 33 - *José Ferreira Borges*, “Jurisprudência do Contrato-Mercantil de Sociedade”, 2ª ed., 1844, Ed. Soc. Prop. Dos Conhecimentos Úteis – Lisboa.
- 34 - *U. Navarrini*, “Comentário al Codice di Commercio – Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, 2ª ed., Ed. F. Vallardi, 1924 – Milão.
- 35 - *P. Van Wetter*, “Pandectes”, 2ª ed., Ed. Lib. Gen. Droit et de Jurisprudence, 1910 – Paris.
- 36 - *José L. de Benito*, “La personalidad Jurídica de las Compañías y Sociedades Mercantiles”, Ed. Rev. Derecho Privado – Madrid.
- 37 - *Antonio Brunetti*, “Trattato del Diritto delle Società”, 2ª ed., Ed. Giufrè, 1948 – Milão.
- 38 - *Alexandre Correia e Gaetano Sciascia*, “Manual de Direito Romano”, Ed. Saraiva, 1949 – São Paulo.
- 39 - *E. Thaller*, “Traité Élémentaire de Droit Commercial”, 7ª ed., Ed. Rousseau & Cia., 1925 – Paris.
- 40 - *F. Arthuys*, “Traité des Sociétés Commerciales”, Ed. Lib. Rec. Sirey, 1906 – Paris.
- 41 - *J. M. Pardessus*, “Cours de Droit Commercial”, 6ª ed., Ed. Henri Plon, 1857 – Paris.
- 42 - *Lyon-Caen e L. Renault*, “Traité de Droit Commercial”, 5ª ed., Ed. Lib. Gen. de Droit et de Jurisprudence, 1926 – Paris.
- 43 - *Houpin et Bosvieux*, “Traité Général Théorique et Pratique des Sociétés Civiles et Commerciales e des Associations”, 6ª ed., Ed. Lib. Soc. Rec. Sirey, 1929 – Paris.

44 - *S. Soares de Faria*, "Do Abuso da Razão Social", Ed. Saraiva & Cia. 1933 – São Paulo.

45 - *Silvio Rodrigues*, "Direito Civil", ed. Max Limonad, 1962 – S. Paulo.

46 - *Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel*, "Anotações ao Código de Commercio Portuguez", 2<sup>a</sup>. ed., Ed. Imprens. Universidade, 1866 – Coimbra.

47 - *Antonio Brunetti*, "Derecho Maritimo Privado" (trad. esp.), Ed. Bosch, 1950 – Barcelona.

48 - *Octávio Mendes*, "Ensaio de Direito Comercial", 1920 – São Paulo.

49 - *Paul Rehme*, "História Universal del Derecho Mercantil", Ed. Rev. Derecho Privado, 1941 – Madrid.

50 - *Édouard Cuq*, "Manuel des Institutions Juridiques des Romains", 2<sup>a</sup> ed., Ed. Lib. Gen. Droit et Jurisprudence, 1928 – Paris.

51 - *Francisco de Paula Lacerda de Almeida*, "Das Pessoas Jurídicas", Ed. Tip. Rev. dos Tribunais, 1905 – Rio de Janeiro.

52 - *Teixeira de Freitas*, "Consolidação das Leis Civis", 3<sup>a</sup> ed., Ed. H. Garnier, 1896 – Rio de Janeiro.

53 - *Cesare Vivante*, "Instituições de Direito Comercial" (trad. portuguesa), 2<sup>a</sup> ed., Liv. Clássica Ed. 1918 – Lisboa.

54 - *Herculano Marcos Inglês de Souza*, "Projeto do Código Comercial", Ed. Imprensa Nacional, 1912 – Rio de Janeiro.

55 - *Orozimbo, Nonato e outros*, "Projeto de Código das Obrigações", Ed. Serv. de Reforma de Códigos, 1965 – Rio de Janeiro.

56 - *Dalloz*, "Code de Commerce", 43<sup>a</sup> ed., Ed. Jur. Gen. Dalloz, 1947 – Paris.

57 - *Floriano Aguiar Dias*, “Código Comercial Brasileiro e Legislação Complementar”, Ed. Forense, 1958 – Rio de Janeiro.

58 - *Mauro Brandão Lopes*, “Ensaio sôbre a conta de participação no Direito Brasileiro”, 1964 – S. Paulo.

59 - *Alfredo de Gregeno*, “Delle Società e delle Associazioni Commerciali”, Utet, 1938 – Turim.